Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E DEZENOVE, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, conforme Edital de Convocação publicado aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e dezenove no Diário Oficial do Município de número cento e sessenta e nove, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo, demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2019. - O SR. PRESIDENTE:- Havendo número legal, invocamos a proteção e as bênçãos de Deus para declaramos aberta a presente Sessão. O Sr. 2º Secretário procederá a leitura da Ata da Sessão anterior.- O SR. 2ºSECRETÁRIO:- (Lê) Ata.- O SR. PRESIDENTE:- Está em discussão a Ata que acaba de ser lida. (Pausa). Não havendo restrições, declaramo-la APROVADA. O Sr. 1º Secretário procederá a leitura dos expedientes encaminhados à Mesa.- OSR. 1ºSECRETÁRIO:- (Lê) Proposições.- O SR. PRESIDENTE:-As proposições lidas terão o seu encaminhamento regimental, com exceção daquelas que dependem da deliberação do Plenário, as quais serão apreciadas na segunda parte da Ordem do Dia da próxima Sessão. No Pequeno Expediente,foi concedida a palavra aosVereadores inscritos; em seguida, O SR. PRESIDENTE informou que, conforme requerimento nº054.00007.2019, aprovado em 18 de setembro de 2019, por este Plenário, os horários reservados à Ordem do Dia, ao Grande Expediente e às Explicações Pessoais, desta Sessão Ordinária, estão destinados para a apresentação do relatório de gestão de finanças, referentes ao segundo quadrimestre de 2019. Convidamos a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que assumam os trabalhos da Mesa. Iniciando a Audiência Pública sob a presidência do Vereador Paulo Rink, também convidamos os Vereadores: Serginho do Posto, Ezequias Barros, Professora Josete, Jairo Marcelino, Maria Leticia Fagundes, Dr. Wolmir, Mauro Bobato e Tito Zeglin. Passamos à presidência para conduzir a audiência de finanças ao Vereador Paulo Rink.- Assume a Presidência o Vereador Paulo Rink.- O SR. PRESIDENTE:- Bom dia a todos. Convidamos os Vereadores membros que fazem parte da Comissão de Finanças para tomarem assento à Mesa: Serginho do Posto, Ezequias Barros, Dr. Wolmir, Jairo Marcelino, Maria Leticia Fagundes, Mauro Bobato, Professora Josete, Tito Zeglin. O Secretário Serginho do Posto fará as anotações das inscrições das perguntas dos Vereadores no seu momento. Declaramos aberta a presente audiência pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2019, de acordo com o que determina o Parágrafo 4º, do Artigo 9º da Lei Complementar n.º101, de 4/5/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e Artigo 62 A, a Lei Orgânica Municipal. Esta audiência terá a duração de duas horas tendo o seu início às 9h40min e término às 11h40min, do dia 30 de setembro de 2019. A Mesa acha-se

composta pelos seguintes Vereadores: Serginho do Posto, Dr. Wolmir, Ezequias Barros, Maria Leticia Fagundes, Jairo Marcelino, Tito Zeglin e pelo Secretário Puppi. Agradecemos a presença de todas as autoridades, associações, entidades, funcionários e Vereadores. Citamos e agradecemos a presença do Sr. Caio Zerbato, assessor do Secretário; Claudinei Nogueira, diretor de Contabilidade da Prefeitura; Sr. Everton Beckert, diretor do Departamento de Administração e Finanças; Cristina Rios, assessoria da Secretaria de Finanças da Prefeitura; nossa diretora contábil e financeira, Aline Bogo; Daniel Dallagnol, Diretor Geral desta Casa de Leis; Adriana da Luz Pereira, diretora de Patrimônio e Serviços Auxiliares; Márcio Heimoski, gabinete de orçamento da Prefeitura; Bruno Lemos, superintendente técnico da Prefeitura; Carlos Kukolj, Secretaria de Finanças; Irineu Teixeira, Secretaria de Finanças; Adroaldo Castanho, da Controladoria; Gabriel Mafra de Oliveira, técnico de comunicação do Secretário; Secretário Municipal de Finanças da Cidade de Curitiba, Vitor Puppi. O trabalho da audiência pública obedecerá ao seguinte roteiro: explanação da Sra. Aline Bogo, responsável pela Diretoria Contábil e Financeira quanto à gestão do Poder Legislativo; concessão da palavra aos presentes para comentários, sugestões e questionamentos; na segunda parte teremos a explanação do Secretário Municipal de Finanças, Vitor Puppi, a respeito do relatório do Poder Executivo; concessão da palavra aos presentes para comentários, sugestões e questionamentos. A concessão da palavra será dada da seguinte forma, para que fique claro e não ocorra o que aconteceu na reunião passada, na audiência de Saúde: para os Vereadores que compõem a Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização; para os demais Vereadores; e para os visitantes que se inscreverem através de formulário que está sendo entregue à recepção do Plenário, perguntas de forma escrita. O tempo concedido a cada inscrito será de três minutos para fazerem seus questionamentos. De imediato, concedemos a palavra à Sra. Aline Bogo, diretora contábil e financeira da Câmara Municipal de Curitiba para fazer a sua apresentação. Você tem quinze minutos para a sua explanação.- A SRA. ALINE BOGO:- Bom dia a todos. Essa audiência tem o objetivo de demonstrar o atingimento das metas e limites da Câmara Municipal de Curitiba no que diz respeito ao segundo quadrimestre, já fazendo a compilação com o primeiro. Então, no período de janeiro a agosto de 2019. Em relação ao nosso orçamento para esse exercício, ele foi fixado no valor de cento e trinta e nove milhões, quinhentos e quinze mil reais. Temos uma despesa executada, até o segundo quadrimestre, de setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil reais e o valor recebido da Prefeitura Municipal de Curitiba e interferências financeiras de noventa e três milhões e nove mil reais. Em relação ao nosso orçamento, como é sempre uma pergunta nesta época que é entregue a lei de orçamento anual para o exercício seguinte, eu trouxe aqui uma demonstração de como ele é montado. O ano passado o Município de Curitiba teve uma arrecadação de oito bilhões, setecentos e oitenta e oito milhões de reais, destas receitas algumas são utilizadas para formar o orçamento da Câmara, são receitas de impostos, taxas, contribuição de melhoria e transferências financeiras, as transferências constitucionais: FPM, ICMS, IPI e algumas outras. Estas receitas formaram uma base de cálculo de quatro bilhões, quatrocentos e setenta e seis milhões de reais. De acordo com a nossa Constituição, a Câmara tem direito a 4,5% em relação a essa base de cálculo que daria um total de duzentos e um milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais. Com os estudos que foram feitos, se chegou a um valor para o orçamento deste ano, de cento e trinta e nove milhões, quinhentos e quinze mil reais, um percentual atingido de 3,12%. Deste valor, foi empenhado, até o momento, setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil reais, atingindo um percentual em relação orçado de 56,38%. Em relação ao que recebemos do Município. Em dois quadrimestres recebemos um percentual de 66,67% do orçamento, que totalizou noventa e três milhões e nove mil reais. É importante destacar que a Câmara devolveu ao Município o cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores, num total de um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil reais. Também uma receita proveniente de um contrato de gestão de folha de pagamento com a Caixa Econômica Federal, no valor de duzentos e dezenove mil reais, de janeiro a agosto e também um rendimento com aplicações financeiras, seiscentos e quarenta e três mil, setecentos e setenta e cinco reais. Então, a Câmara repassou ao Município, este ano, dois milhões, trezentos e sessenta e dois mil reais. Em relação a execução do nosso orçamento, temos três grupos de despesa: pessoal e encargos sociais que representam 77,96% do empenhado. Outras despesas correntes, 20,72% do empenhado e despesas de capital representando 1,32% do empenhado. Em relação ao grupo de despesas de pessoal, temos um total empenhado até o quadrimestre, de sessenta e um milhões, trezentos e vinte e três mil reais, como eu já disse, representando 77,96% dos setenta e oito milhões de reais que foram empenhados este

ano. Deste valor, temos com vencimentos e vantagens fixas, quarenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e oito mil reais, num percentual de 60,88%. Obrigações patronais, dez milhões, cento e dezesseis mil reais. Indenizações, três milhões, trezentos e dezesseis mil reais. E um valor com outras despesas de pessoal de dois mil, cento e cinquenta reais. Em relação aos sessenta e um milhões, trezentos e vinte e três mil reais, que é o gasto com despesa de pessoal, estão assim distribuídos: vencimentos e vantagens fixas pessoal efetivo: vinte milhões, novecentos e treze mil reais; subsídios de Vereadores: quatro milhões, setecentos e noventa e dois mil reais; vencimentos comissionados: vinte e dois milhões, cento e oitenta e dois mil reais; obrigações patronais, aí inclui todos os cargos, dez milhões, cento e dezesseis mil reais; com indenizações: três milhões, trezentos e dezesseis mil reais; e outras despesas de pessoal: dois mil, cento e cinquenta reais. Aqui um gráfico para termos uma noção de como está a divisão dessa despesa. Temos gastos com servidores efetivos, incluindo as indenizações, 47,58%; comissionados 43,18% e o gasto de subsídios 9,24%. Nesse gráfico estão diluídas também as obrigações patronais, já subdivididas. Em relação às nossas outras despesas correntes, segundo grupo de despesas, temos o gasto de janeiro a agosto desse exercício, num total de dezesseis milhões, duzentos e noventa e quatro mil, oitocentos e setenta e cinco reais. Isso representa 20,72% do total empenhado até agora. Temos então com benefícios assistenciais que são auxílio funeral, creche e saúde, um total orçado de dois milhões e trezentos mil reais e empenhado de um milhão, duzentos e sessenta e dois mil. Material de consumo, foi orçado um milhão e quinhentos mil reais e empenhados oitocentos e noventa e cinco mil reais. Locação de mão de obra, orçados três milhões, novecentos e noventa mil reais e empenhados três milhões, seiscentos e dezenove mil reais. Outros serviços de terceiros - pessoa física, aqui representando essa dotação, que seriam os estagiários, orçados oitocentos e oitenta mil reais e empenhados setecentos e oitenta e quatro mil reais. Serviços com tecnologia da informação, orçados dois milhões, setecentos e trinta mil reais e empenhados um milhão, cento e nove mil reais. Outros serviços de terceiro - pessoa jurídica, contemplando todos os demais serviços contratados, um total orçado de seis milhões, novecentos e quarenta mil reais e empenhados quatro milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil reais. O nosso aporte ao IPMC, foi orçado seis milhões e quatrocentos mil reais e empenhados três milhões, novecentos e setenta e dois mil reais. Outras despesas, em valores menores, temos um valor orçado de quatrocentos mil reais e empenhados noventa e quatro mil, trezentos e sessenta e oito reais. Incluídas nessas outras despesas, estão as despesas de viagem, valor com diárias e passagens, por exemplo. Temos um total gasto até o quadrimestre, de trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e seis reais, sendo que sete mil, cento e cinquenta reais são gastos com diárias e vinte e quatro mil e seiscentos reais, gastos com passagens e sete mil, setecentos e noventa e cinco reais, gastos com hospedagem. Em relação aos valores liquidados, não mais empenhados, os principais contratos que a Câmara tem, de janeiro a agosto: serviço de água, contrato com a Sanepar, quarenta e seis mil, trezentos e trinta e oito reais; de energia elétrica com a Copel, trezentos e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais; integração com o estágio - que até julho era um convênio com o IMAP e a partir de agosto é um contrato com o CIEE - um valor gasto de seiscentos e seis mil, novecentos e onze reais; dois links de internet, num total de sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais; locação de equipamentos telefônicos com a Empresa Tricorp, oitenta mil quinhentos e nove reais; locação de impressoras com a empresa Simpress, quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e nove reais; locação de veículos, contrato que finalizou com a empresa Locasul, a partir de junho o contrato é com a empresa WS e até agosto temos um total liquidado de quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta reais; manutenção de bens imóveis, aqui são diversos contratos de manutenção predial, manutenção de elevadores, plataformas, bombas, entre outros, um valor total de quatrocentos e sessenta mil reais; manutenção de bens móveis, duzentos e dezoito mil, novecentos e vinte e sete reais; manutenção de software, dois contratos com a empresa Elotech, cento e cinquenta mil, trezentos e trinta e quatro reais; postais, num contrato com o Correio, de cento e noventa e cinco mil duzentos e cinquenta e dois reais e gastos com telefone, quarenta e três mil duzentos e cinquenta e três reais. Em relação aos serviços terceirizados, dotação de locação de mão de obra, temos um contrato de vigilância com a empresa Embrasil, de um milhão, cento e noventa e um mil, novecentos e quarenta e oito reais, que é o valor liquidado até agosto. Contrato de terceirização da limpeza, recepção e copa com a empresa Higi Serv, até julho e a partir de agosto a empresa contratada é a Obra Prima, foi feita uma licitação este ano. Então, temos até agosto um total com gastos de limpeza, quinhentos e noventa e seis mil reais; recepção e controlador de acesso, quatrocentos e cinco mil e seiscentos reais; copa e cozinha, cento e

sessenta e cinco mil e duzentos reais. Em relação a aquisição de materiais, temos contratos para a aquisição de materiais de copa e cozinha, como água, café, chá, leite, no valor de cinquenta e dois mil, duzentos e noventa; material de higiene para os banheiros, vinte e sete mil, cento e oitenta e nove; material de processamento de dados, que foram comprados para a nossa Diretoria de Informática, incluindo licenças de Windows, cento e sessenta mil, trezentos e oitenta e oito; e gasto com combustível, duzentos e trinta e quatro mil, trezentos e noventa e sete. Com relação às despesas de capital, temos um valor orçado, no exercício, de cinco milhões, e até agosto foram empenhados um milhão e quarenta e um. Equipamento e material permanente, temos empenhados setecentos e oito mil, que foram adquiridos diversos equipamentos, entre fragmentadoras, monitores de computadores, frigobares. Obras e instalações, um valor empenhado de trezentos e trinta e dois mil e oitocentos. Aditivos, então, nos contratos de pintura e reforma de banheiros. E os valores liquidados até agosto; aqui temos valores liquidados de empenhos também do exercício de 2018. O valor total liquidado da reforma de banheiros, quinhentos e setenta e dois mil, novecentos e setenta; essa é uma obra finalizada já. Valor liquidado até agosto, do contrato de pintura interna e externa, trezentos e quinze mil, quinhentos e sessenta e cinco; também uma obra finalizada. Uma obra para regularização do plano de segurança e combate a incêndio e pânico, também já aprovada pelo Corpo de Bombeiros, de cem mil, cento e doze. E um contrato em andamento, que é de modernização de elevadores, no total liquidado de duzentos e sessenta, cento e treze. Aqui temos algumas fotos de algumas melhorias feitas. Temos lá o toldo que foi colocado no estacionamento do pátio; também as pinturas feitas no estacionamento; a troca dos elevadores; modernização dos equipamentos de áudio e som aqui do Plenário; e também um projeto que está em andamento, que é de iluminação para o Palácio Rio Branco. Considerando, então, a nossa Constituição e os limites que devemos observar em relação à despesa de pessoal, onde diz que só podemos gastar 70% da nossa Receita com folha de pagamento. Então, temos uma Receita permitida para 2019 de duzentos e um milhões, quatrocentos e cinquenta. Esse seria o máximo da nossa Receita. E 70% desse valor, daria cento e quarenta e um milhões e quinze mil. Nós gastamos, com folha de pagamento, aqui excluindo as obrigações patronais, até o quadrimestre, cinquenta e um milhões, duzentos e seis mil, totalizando um percentual de 25,42%, de janeiro a agosto. Considerando que temos ainda mais um quadrimestre, acreditamos que esse percentual não passe de 40% até o final do exercício. Se formos considerar o percentual em relação ao orçamento, temos, então, um percentual de 36,70%, também bem longe dos 70%, que seria o nosso limite. Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, temos que, para essa lei, podemos gastar um percentual, o Legislativo, de 6% em relação à Receita Corrente Líquida. Temos uma Receita Corrente Líquida, no exercício móvel, que seria de setembro de 2018 até agosto de 2019, excluindo já a dedução da receita de serviço de transporte coletivo e também as transferências obrigatórias da União, uma Receita Corrente Líquida ajustada de seis bilhões, quinhentos e sessenta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil. Considerando uma despesa líquida com pessoal de noventa milhões, setecentos e sessenta e nove mil, quinhentos e sete, nesse exercício móvel, então atingimos um percentual de 1,38% em relação à Receita Corrente Líquida; sendo que o limite de alerta, de 5,40%, seria um valor de trezentos e cinquenta e quatro milhões. Em relação à despesa líquida com pessoal, temos uma despesa líquida com pessoal de noventa milhões, setecentos e sessenta e nove, que é a despesa bruta com exceção das indenizações, no último exercício, considerando setembro a agosto. Então, a Despesa Bruta, noventa e quatro milhões, seiscentos e seis; Despesa Líquida, noventa milhões, setecentos e sessenta e nove mil e temos um valor de indenizações de três milhões, oitocentos e trinta e sete mil. Em relação ao primeiro quadrimestre, nosso percentual era de 1,41%, e agora, no segundo quadrimestre, tivemos uma queda, o percentual foi para 1,38%, então, da despesa em relação à Receita Corrente Líquida do Município. Finalizando, eu trouxe algumas ações que foram implantadas esse ano pela Comissão Executiva, que é a formação de um grupo de trabalho para implementação do processo eletrônico, um processo que visa dar celeridade e também uma economia à nossa tramitação, uma divulgação de agenda de recursos humanos e revisão de fluxo, muitas coisas agora sendo feitas através do RH Online, revitalização da Escola do Legislativo, foi dado início também a um concurso público, então, já foi tramitada toda fase interna desse processo, estamos aí para assinar um contrato com a Universidade Federal do Paraná, finalização das obras do PSCIP, Plano de Segurança Contra Incêndio e Pânico, pinturas e reforma de banheiros. E foi também entregue um projeto contratado para modernização, adequação da nossa parte elétrica e de lógica. Agradeço a atenção, muito obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Aline,

obrigado pela explanação. Lembrando aos Srs. Vereadores a inscrição às perguntas à Diretora Aline Bogo sobre as questões financeiras desta Câmara Municipal. Vamos abrir os questionamentos aos Vereadores. Vereador da Comissão de Finanças têm alguma pergunta? Não. Todos satisfeitos com a explicação. Concedemos a palavra ao Vereador Herivelto Oliveira.- O Sr. Herivelto Oliveira:- Obrigado, Sr. Presidente. Uma indagação, foram mostrados os valores gastos em obras. Eu queria saber, nós temos muitos problemas com obras aqui na Câmara, os banheiros foram consertados, mas toda semana o pessoal está fazendo reparos, porque dá problemas e tudo o mais. Os valores dessas reformas, dessas voltas à reforma, eles são de um novo orçamento ou estão incluídos na reforma básica da Câmara, no serviço geral? A SRA. ALINE BOGO:- Vereador , em relação ao orçamento, algumas obras que realizamos esse ano foram empenhadas já no exercício de 2018. Então, temos um contrato de manutenção predial com a empresa Empac, que é uma empresa que está diretamente aqui na Câmara para atender qualquer problema elétrico, hidráulico. Temos um contrato de um milhão com essa empresa, isso foi empenhado ano passado, está sendo prevista agora uma nova licitação, porque esse contrato está sendo finalizado, e o que foi empenhado esse ano, então, o projeto elétrico, que é justamente para rever esse problema que n ós temos aqui na Casa por serem prédios antigos, nós estamos com projeto novo que vai reestruturar toda parte elétrica e lógica dos prédios 1 e 2. A reforma do banheiro foi empenhada ano passado e foram feitos alguns aditivos de situações que não foram previstas no contrato inicial, então, foi finalizado esse ano, com orçamento desse ano. Temos um orçamento, esse ano de 2019, de cinco milhões, a maior parte desse orçamento foi destinado à obra do projeto elétrico e lógico, os demais já foram empenhados no exercício de 2018.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Aline. Sem mais questionamentos, vamos à explanação do Secretário Municipal de Finanças, Vitor Puppi, a quem concedemos a palavra.- O SR. VITOR PUPPI:- Muito obrigado, Exmo. Vereador Paulo Rink, em nome de quem cumprimento todos os integrantes da Mesa. Parabenizar a Diretora Aline pelo trabalho, pela explanação clara, excelentíssimas Vereadoras e Vereadores presentes, a equipe da Secretaria Municipal de Finanças, servidores e demais cidadãos. Antes de entrar na apresentação do quadrimestre do Município, gostaria de pedir licença e também já pedir escusas aos Vereadores Geovane, Serginho e Bobato que estiveram na LOA e já acompanharam um pouco sobre o que eu disse sobre a reforma, mas não poderia deixar, diante desta oportunidade aqui na Câmara, comentar a visão dos municípios e, em especial, das capitais brasileiras, no que diz respeito à reforma tributária. Enquanto a apresentação não aparece, gostaria de dizer que hoje existem duas PECs principais no Congresso Nacional, a PEC 45 de autoria do Deputado Baleia Rossi que cria o IBS. O IBS é um tributo que unifica os impostos federais PIS, Cofins, IPI, ICMS e também o ISS que pertencem aos municípios. E uma outra proposta, a PEC 110, que tramita no Senado Federal e cria também um tributo semelhante, unificando todos esses tributos de uma forma um pouco diferente. Existe uma unificação federal e uma unificação estadual e municipal, mas o fato é que nessas duas reformas os municípios perdem o ISS. O ISS é o tributo, em Curitiba é o principal tributo, e de fato o tributo que mais cresce em arrecadação no País. Por que o ISS cresce? Porque o ISS é o imposto sobre serviços e serviços são de fato a base tributária do futuro do País. Enquanto a indústria, o comércio, tem experimentado um decréscimo na sua atividade, os serviços, isso não só no Brasil como no mundo, têm crescido. E os serviços, essa base tributária, pertencem aos municípios. Não é por menos que, historicamente, pela primeira vez todos os governadores de Estado acordaram em apoiar uma reforma tributária. Ora, mas por que apoiaram uma reforma tributária? Justamente porque vão compartilhar, vão ter para si o ISS, ou sobre outro nome, o IBS, mas vão ter a base dos serviços que é, realmente, bastante importante do ponto de vista de arrecadação. Então, para iniciar, só demonstrar como é composta a base tributária no País. No Brasil se tributa, ao contrário de outros países, bens e serviços muito, 42% da nossa base é composta pela tributação de bens e serviços. Por que isso é um problema? Porque os bens e serviços, tributar bens e serviços significa da mesma forma o rico e o que não é privilegiado, o pobre. Tributamos em consumo o rico paga a mesma coisa que paga o pobre na aquisição de um veículo ou também de bens essenciais do dia a dia. Nós tributamos, em comparação, pouco a renda. O Brasil, segundo a OCDE, é um dos países que menos tributa a renda. Então, tributamos 22% de renda e tributamos também bastante mão de obra, 25% da nossa base tributária é composta de mão de obra. Então, quando pensamos numa reforma tributária, como seria a melhor forma de se pensar um projeto? Seria justamente entender onde é preciso estar o poder de tributar, ou seja, quem deve arrecadar os tributos com competência própria e quem presta os serviços à população. Não é segredo que

são os municípios que prestam os serviços de saúde básica, ensino fundamental, enfim, têm essas obrigações constitucionais e nos últimos anos passaram a prestar muito mais serviços do que prestavam antigamente. Então, a reforma tributária que fosse pensada deveria, inicialmente, pensar qual a arrecadação, qual o custo de um serviço e qual a arrecadação que eu deveria propiciar aquele ente que presta esse serviço. Infelizmente, as duas reformas que estão no Congresso constroem a casa pelo telhado. Então, simplesmente em razão, em nome da simplificação de tributos, que é uma bandeira fundamental no País e, realmente, precisamos simplificar nosso sistema tributário, mas em nome dessa simplificação, estamos atropelando outros cálculos, outras necessidades aí, dos serviços públicos no País. Temos dito e o Prefeito Rafael Greca também frisou, que é preciso ter correspondência fiscal, ou seja, quem tem poder a tributar são aqueles que devem prestar os serviços e não ao contrário, não queremos que o dinheiro fique passeando de Brasília para Curitiba. Não queremos que um Prefeito de Curitiba ou de qualquer outra cidade, tenha que ir à Brasília esticar o pires e pedir dinheiro para fazer asfalto na sua rua. Precisamos que o dinheiro esteja aqui. E me parece que o Secretário de Obras estará aqui amanhã na Sessão para falar sobre a Linha Verde. Ora! A Linha Verde, em que pese todos os esforços do Município, uma parte desse recurso é federal. Então, o que acontece? Temos que nos submeter à auditoria Caixa Econômica Federal, da contratada da Caixa Econômica Federal, enfim, existe uma burocracia decorrente desse trâmite de ida e vinda de dinheiro público, das transferências verticais, que chamamos, da união para os municípios, que faz com que essas obras também demorem. Então, não é salutar se manter dinheiro em outros entes, nos estados, enfim, na união federal em detrimento dos municípios. O dinheiro precisa, a competência de tributar precisa estar aí nos municípios. Só para se ter uma ideia da divisão do bolo tributário hoje no País, os municípios têm uma arrecadação em torno de cento e noventa bilhões de reais; os estados, trezentos e sessenta e quatro bilhões de reais; a união federal, trezentos e trinta bilhões de reais. Divididos nesses impostos aqui: ICMS, PIS/Cofins, IPI e o ISS. O ISS está ali com sessenta bilhões, já acresceu um pouco e hoje está em torno de setenta bilhões de reais. É o que representa o ISS. Percebam que o ISS, por si, é o imposto mais importante dos municípios. Em contrapartida, no gráfico ali à direita, percebemos que com fundamento em uma pesquisa da CNI de 2018, os empresários foram perguntados: "Qual o tributo que mais atrapalha a sua atividade e que precisa ser modificado?" O primeiro, sem dúvida é o ICMS. Também não é segredo que os estados destruíram com o ICMS. As políticas do Confaz, os regimes e benefícios fiscais a torto e a direito, enfim, tornaram o ICMS um tributo extremamente complexo do ponto de vista da administração tributária. Depois, os empresários reclamam do PIS/Cofins, das contribuições previdenciárias, e o ISS responde por apenas 1% das reclamações. Então, percebam que o ISS, até por ser um tributo acumulativo por excelência, é um tributo simples. O ISS não é o causador das queixas dos empresários, da reforma tributária. Temos que pensar inicialmente na importância e no significado do ISS. E esse contexto de reforma tributária que, sem serem ouvidos, os municípios estão entregando o seu principal tributo. E aí também existem impactos um pouco perversos dessa reforma tributária que se encontra no Congresso. A carga tributária não vai diminuir. Então, aqueles que pregam que é necessário uma reforma tributária para que as pessoas paguem menos impostos, menos taxas, paguem um valor menor em tributos, precisamos desde já espantar essa afirmação. Os contribuintes pagarão mais tributos com a reforma tributária. Pagarão mais impostos. Para se ter uma ideia, hoje, o setor de serviços tem uma alíquota média aí, vamos dizer uma alíquota máxima de 5% no máximo. Então, serviços como engenheiros, prestadores de serviços de todas as atividades, enfim, Saúde, Educação, Transporte, que pagam até 5%, passarão a pagar 25%, a partir do ano seguinte e da noventena, assim que essa reforma tributária, caso seja aprovada. Para se ter uma ideia aqui no transporte público de Curitiba, poderíamos ter um acréscimo de 20% no valor da tarifa. Por quê? Porque hoje tributamos a dois, poderíamos tributar muito mais. Essas questões precisam ser resolvidas antes da reforma tributária avançar. E tem avançado muito rápido. A reforma tributária já se encontra com prazo de emendas prorrogado, mas já esgotado. Deve ser a última vez no Congresso Nacional. Até junto com o Prefeito Rafael Greca estivemos com o Presidente Rodrigo Maia e externamos a necessidade de os municípios serem ouvidos. Aproveito estar nesta Casa, para externar essa preocupação, do ponto de vista das finanças, não só de Curitiba, mas de todas as capitais, com relação à PEC 45. Então, alguns problemas, os municípios perdem autonomia. Por que eles perdem autonomia? É aquilo que eu disse: quando o valor está longe do município, o município não tem a gerência desse recurso, ele demanda autorizações, demanda até um lobby e, claro, nós somos péssimos em lobby, digamos a

verdade, no Sul não somos tão habilidosos em lobby como em outras áreas do Brasil. Então, dependemos, às vezes, de lobby para ter acesso a recursos que ficam concentrados na União. Os municípios vão perder recursos, vou mostrar o gráfico daqui para frente, existe uma redistribuição do que hoje é federação, porque o poder de tributar é, realmente, o primeiro aspecto essencial da organização de uma federação, a carga tributária no setor de serviços é elevada e serviços também de crédito podem facilitar a sonegação, já que a PEC propõe uma sistemática não acumulativa de uma compensação muito ampla de créditos tributários, mas esse é outro assunto. Gostaria de mostrar a perda dos municípios, se fizéssemos os cálculos. Então, uma questão importante é a seguinte: percebam V.Exas. que a reforma tributária foi feita sem que fossem apresentados os cálculos à sociedade. Eu desafio alguém que tenha escutado: "Olha, os municípios vão arrecadar mais trezentos e poucos bilhões, ou mais dez bilhões". Não, nenhum cálculo foi feito. Coube a nós embarcarmos nesse trem já caminhando e fazermos algumas simulações. E quais são os cálculos? São da Secretaria de Fazenda de São Paulo, que impactam a reforma tributária. Nós perderíamos em Curitiba quatrocentos milhões de reais se a reforma tributária fosse aprovada do jeito que está. São Paulo perderia oito bilhões e setecentos milhões de reais. É impossível pensar numa cidade com oito bilhões e setecentos milhões de recursos a menos, assim como Curitiba, quatrocentos milhões de reais, é praticamente o dobro quase do nosso orçamento de recursos de custeio da saúde. Então, como que faríamos essa gestão? Ou teríamos que apagar os serviços públicos, desligar a chave, o que dificilmente aconteceria, ou ficarmos dependentes da União Federal, caso essa reforma fosse aprovada dessa forma. É muito preocupante essa perda dos municípios. É claro que existe um consenso favorável à reforma tributária, é necessária a reforma tributária, é necessário simplificar, mas precisamos ter cautela com as cidades, porque afinal a vida acontece aqui nas cidades, são as cidades as grandes prestadoras de serviço para a população. Já iniciando agora a nossa apresentação do quadrimestre, do ponto de vista da receita, quanto que arrecadamos até agora. Nossas receitas correntes somam cinco bilhões, quatrocentos e setenta e nove milhões. Receitas de capital, setenta e um milhões, um decréscimo de 27%. Já adianto, que esse decréscimo decorre da minoração de transferências, seja do Governo Estadual ou do Governo Federal, para investimentos. Curitiba tem bancado também investimentos com recursos próprios, e as receitas intraorçamentárias, quatrocentos e noventa e cinco milhões. Essa diferença decorre que nesse período no ano passado, finalizamos o ajuste com o IPMC, que fez parte do plano de recuperação. Aliás, gostaria de chamar a atenção e dar uma boa notícia, que a Secretaria da Previdência em Brasília, finalmente deu ouvidos a Curitiba e concordou com a legitimidade da operação que foi feita, decorrente de lei aprovada. Então, aquele estorno, aquele valor que foi compensado, com o Instituto de Previdência, finalmente obteve a concordância da Secretaria de Previdência em Brasília. Então, aqui nas nossas receitas já arrecadamos, das receitas correntes, 71%, receitas de capital tinham uma previsão maior, mas teremos 14%, em razão destas frustrações. E na receita ali total, arrecadamos 67,6%, até esse quadrimestre. E aí a nossa receita decorrente das ATTCs, que são as operadoras de serviços, como o Uber, 99, Cabify, enfim, temos cinco dessas entidades credenciadas em Curitiba. Em dois anos arrecadamos trinta e dois milhões de reais com esse setor. Mais ou menos aí um milhão e trezentos é a média que arrecadamos com o preço público por mês aqui em Curitiba, com essas ATTCs. Aí alguns números do Nota Curitibana. O Nota Curitibana é um instrumento fundamental para nós do ponto de vista do ISS e vem mostrando resultados importantes, também do ponto de vista do ISS. Na sequência vou mostrar a arrecadação do ISS. Nós temos 23,4% de aumento em notas fiscais que geram créditos. É um número extremamente significativo. Qualquer número que você mexa numa base de bilhão de reais é bastante significativo. Então, 23% de aumento na emissão de notas, representa o sucesso do programa desde que foi lançado. Mais de quatro milhões em prêmios, temos mais de cem mil pessoas inscritas no programa do Nota Curitibana. E tramita aqui na Câmara um projeto de lei para estender a utilização dos créditos do Nota Curitibana: transporte coletivo, serviços de táxi e também dos aplicativos. Por que queremos que o Nota Curitibana seja utilizado nos aplicativos? Porque é um excelente meio de comunicação, é uma excelente forma de incentivar as pessoas, inclusive, mais jovens a utilizar o programa do Nota Curitibana. Então, precisamos que as pessoas se engajem nesse comportamento, e certamente que viria uma maré muito positiva a divulgação por parte dessas operadoras da necessidade de se pedir nota fiscal aqui em Curitiba. Então, por que o Nota Curitibana é importante? Porque o ISS vem mostrando resultados bastante expressivos nos últimos dois, três anos. Tivemos um crescimento nominal de 12%, que é extremamente significativo, e real de 8,3%. Percebam que se pensar em perder o ISS para os

municípios, seria realmente uma catástrofe, até porque o ISS vem crescendo. Ainda existe a base para o ISS crescer. Em Curitiba não é diferente. Embora estejamos ainda aquém de 2014, vou mostrar isso mais para frente. Setores que mais cresceram: apoio técnico jurídico contábil, tivemos um incremento de quase 15%; saúde, em torno de 8%; construção civil, a arrecadação do setor cresceu em torno de 2%; informática e tecnologia vem crescendo bastante em Curitiba. Nós estamos estudando aí, além do Tecnoparque, outras medidas que possam incentivar também a vinda de empresas para Curitiba, mas o fato é que a arrecadação do setor vem crescendo exponencialmente. Bancos, instituições financeiras, também representaram um acréscimo de quase 6% no período. Percebam que o ISS cresceu em 2014; teve uma queda grande em 2015; e, principalmente, em 2017 perdemos praticamente 10% do tributo, o que é extremamente significativo, mas temos reagido aí a 1,3%; e agora 8.3% em 2019. Então, já cumprimos mais de 70% da nossa meta para 2019, mais do que em 2018, comparando o mesmo período do ano passado; ainda falta em torno de 30% da nossa arrecadação. O IPTU. O IPTU também tem subido em razão da aprovação, em 2014, daquela modificação dos critérios da planta genérica que foi mantida também por meio do projeto de lei que fez parte do plano de recuperação aprovado aqui na Câmara. Tivemos um crescimento nominal de 9,11%, e um crescimento real no período de mais de 5% do IPTU. O IPTU é um tributo que vem crescendo desde 2014, como eu disse: cresceu 3%; daí cresceu 20% em 2016; 7%, 6% e até agora 5% em 2019. O IPTU vem dando uma resposta bastante significativa em termos de arrecadação para a Cidade. Já arrecadamos em torno de 78%, um pouco menos do que havíamos arrecadado da nossa meta em 2018, mas o fato é que também aumentamos a meta para 2019. Temos uma previsão de encerrar dentro da meta em 2019. O ITBI já é um tributo que depende das variações de mercado. O mercado imobiliário não tem correspondido, não está tão aquecido assim, não só em Curitiba como em outros lugares. Então, tivemos uma queda real de quase 10% no ITBI, que é o Imposto de Transações sobre Bens Imóveis, com relação ao ano passado. Este é um imposto que flutua bastante. Tivemos um ganho em 2018, em especial em razão da lei que alterou os critérios de pagamentos do ITBI aqui em Curitiba, hoje o ITBI não se paga mais no registro da matrícula, mas se paga na lavratura da escritura pública de compra e venda ou de cessão onerosa, isto fez com que os contratos de gaveta fossem diminuídos e tivemos uma arrecadação bastante interessante em 2018, mas em contrapartida tivemos uma queda, justamente em razão do mercado no mesmo período em 2019. É uma frustração de receitas, estamos arrecadando menos do ITBI, o que imaginávamos que arrecadaríamos em 2019. Arrecadamos até agora 60%, não devemos, salvo alguma reação do mercado, fechar os 100% da meta no ITBI, contamos por isso com a outra arrecadação especial do ISS. (slides) A pirâmide da nossa receita tributária, os nossos recursos próprios do Município. Lembrando que Curitiba tem uma situação privilegiada, quase 60% da sua arrecadação decorre de receita própria. É por isso que a cidade tem capacidade de fazer a sua manutenção, de investir em melhorias, porque não depende de transferências da União e do Estado. Ao contrário de outros municípios. Vale chamar a atenção para o contexto da reforma que a Confederação Nacional dos Municípios, que representa os pequenos e médios municípios, já se pôs apressadamente a apoiar a reforma tributária. Por quê? Porque para os pequenos municípios, qualquer acréscimo numa transferência do Fundo de Participação dos Municípios vale a pena, eles não têm estrutura tributária, não se preocupam muitas vezes em arrecadar seus impostos. Então, a CNM já concordou com a reforma tributária, desde que seja compensada por meio de transferências do Fundo de Participação, com o que nós, capitais, não concordamos. O nosso ISS, um crescimento nas receitas próprias do Município de 7,3%, real de 3,81%, tivemos um pequeno decréscimo nas taxas, isto é a inadimplência e também os efeitos da não correção, Curitiba não corrigiu o valor da taxa de lixo desde 2017, é verdade, desvinculamos daquele limite do IPTU, mas os valores se mantêm os mesmos. Então, tivemos um pequeno decréscimo na taxa do lixo. Transferências correntes. Aí já é um assunto um pouco mais complicado. As transferências do SUS têm aumentado, mas eu diria a V.Exas. que não decorre de um aumento financeiro, mas de um critério nosso de contabilização das receitas do SUS. As receitas do SUS têm se mantido estáveis, este 5% não representa na verdade um crescimento tão significativo para nós. E o nosso principal problema, o ICMS, com relação ao quadrimestre passado já perdemos 3.2% e o quadrimestre passado já viemos perdendo, perdendo e perdendo e não paramos de perder o nosso ICMS. O FUNDEB, tivemos uma queda pequena, 1,14%. IPVA, aumento de 1,4% e o Fundo de Participação dos Municípios 3,2%, mas é um valor muito menor do que os outros valores. O FNDE para a educação, tivemos um decréscimo de 6,8%. Outras transferências correntes, aí

entram recursos por exemplo do PAC da União Federal, conseguimos desbloquear alguns recursos, tivemos o ingresso de trinta e sete milhões de reais, um acréscimo significativo com relação aos outros recursos. Convênios correntes de capital uma queda, vou mostrar depois o que é essa queda. Outras transferências de capital, uma queda também significativa, embora a base seja pequena. (slides) Os convênios, que queda foi essa? Curitiba recebia mais recursos em 2018 do que recebeu em 2019 da receita de convênios, em especial do Estado. Lembrem que o Estado em 2018 se comprometeu a repassar ao Município setenta milhões de reais e assim o fez para o subsídio do transporte coletivo. Nesta gestão, o Estado se comprometeu a passar apenas quarenta milhões de reais, que é um dinheiro importante para o subsídio do transporte, mas a cidade está entrando com cinquenta milhões de reais para o subsídio do transporte, mas essa transferência diminuiu e por isso sentimos uma queda nos convênios. No transporte coletivo recebemos catorze milhões e havíamos recebido mais. A Secretaria de Infraestrutura nos repassou doze milhões de reais e no ano passado também contamos com mais recursos, do ponto de vista de transferências dessas Secretarias. Os demais se mantêm praticamente inalterados. Aí o gráfico que disse e sempre trago aqui para a Câmara. O nosso ISS cresceu, porém estamos ainda em números reais inferiores a 2014 e 2015. Percebam que em 2014 arrecadávamos um bilhão, duzentos e setenta e nove milhões de reais e chegamos a quase um bilhão, duzentos e noventa, em 2015. Mesmo crescendo a base do ISS, estamos em um bilhão, duzentos e setenta e cinco milhões. Essa previsão não conta com recursos da dívida ativa. O IPTU, que tem uma crescente bastante interessante desde 2014, como eu disse. A linha cinza é o ITBI, que flutua em relação ao mercado. A linha marrom é o Imposto de Renda Retido na Fonte, que decorre em especial do pagamento a servidores e fornecedores, cujo imposto de renda pertence ao Município. E aquela linha azul, embora seja a última, percebam que entre 2017 e 2018 tivemos um crescimento de quase sessenta milhões de reais para o lixo. É o que dá sustentabilidade ao nosso sistema de coleta de lixo hoje, e mantemos as contas rigorosamente em dia. Agora a questão que sempre chamo a atenção da Câmara também do ponto de vista do ICMS, Curitiba recebia, em 2013/2014, oitocentos e trinta milhões de reais de ICMS, a cota-parte destinada à Curitiba era oitocentos e trinta milhões de reais. Estamos em 2019/2020 com apenas seiscentos e trinta milhões de reais, perdemos duzentos milhões de reais em apenas seis anos, da cota-parte do ICMS. Esse valor equivale, por exemplo, a coleta de lixo de um ano inteiro em Curitiba, o nosso maior contrato. Então, não é possível que uma cidade como Curitiba esteja perdendo participação na cota-parte do ICMS enquanto outras cidades, que têm menos habitantes, prestam menos serviços, ou até mesmo a população da sua área compõe a Região Metropolitana de Curitiba e vem se beneficiar dos serviços prestados pela capital, recebam recursos proporcionalmente muito maiores. Vamos mostrar aqui em seguida. O que temos perdido de ICMS? Esse é o nosso índice. O valor do ICMS é calculado de acordo com o índice anualmente divulgado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná. Em 2013 tínhamos um índice de 0,14 e estamos em 0,9 em 2019/2020, ou seja, uma queda de 31% no índice de participação de Curitiba em apenas seis anos. Alguns podem pensar: ora mas as receitas do Município não tem crescido com o ISS e com o IPTU? Sim, mas não crescem ao ponto de compensar a perda do ICMS. É extremamente grave a situação do ICMS do ponto de vista estrutural para a cidade no futuro, porque a cidade tem perdido também participação de comércio, indústria, enfim, e tem virado uma grande área de serviços. Isso significa que vamos perder mais ICMS, caso esses critérios sejam mantidos e ainda com a reforma tributária retirando o ISS da competência dos Municípios. Isso é extremamente preocupante e é preciso que esta Casa também esteja atenta e isso porque os impactos serão sim sentidos nos municípios. Como é a composição do ICMS? Então, 75% é um critério constitucional que se chama valor adicionado, que decorre justamente da atividade de indústria e comércio localizado em cada cidade. Mas percebam que o restante é um critério fixado por lei estatual, os 25% e vejam que o critério beneficia setores rurais ou do agronegócio, produção agropecuária, "habitantes" aqui é a população rural e não a população total. Fator ambiental, propriedades rurais, ou seja, insistimos em distribuir o ICMS no Paraná conforme critérios rurais, critérios políticos, diga-se a verdade, ao invés de critérios de população total. Fosse o ICMS distribuído de acordo com a população total, mesmo esses 25%, que cabe ao Estado, cabe à Assembleia Legislativa decidir, Curitiba seria mais beneficiada, seria melhor representada do ponto de vista da cota-parte do ICMS. E quem recebe mais? (Próximo slide). Então, vamos lá. Araucária, com cento e quarenta e um mil habitantes, recebe quinhentos e vinte e dois milhões de reais. Estamos recebendo, per capita, quatrocentos e treze reais por habitante, Araucária recebe

três mil e seiscentos reais por habitante. Então, não é possível que um município com o tamanho de Curitiba, com os serviços que disponibiliza à população, seja tão desfavorecido assim num critério estadual. A diferença aqui é gritante. E aí vem São José dos Pinhais, Castro, enfim, que recebem também recursos proporcionalmente muito maiores do que Curitiba. Ora. Por que é que a passagem do transporte coletivo em algumas cidades pode ter isenção, ou pode ser um real? Bom. Quinhentos e vinte e dois milhões de reais para uma cidade de cento e quarenta mil habitantes, realmente é uma administração diferente, vamos assim dizer, um eufemismo, do que é Curitiba, que recebe quase a mesma coisa. Vamos receber seiscentos e trinta milhões, estamos prevendo aí, em 2020. (Próximo slide). Entrando agora no cenário das despesas, as nossas despesas em 2019 até o fim do segundo quadrimestre. Então, temos aí uma despesa realizada, até o período, de quatro bilhões, setecentos e sessenta e sete milhões, um acréscimo de 3% nas nossas despesas. Despesas de capital, um decréscimo de 6%, duzentos e setenta e oito milhões de reais. Reservas, permanecem iguais. As despesas intraorçamentárias são aquelas do Regime Próprio de Previdência. Como eu disse, decorrem da finalização do ajuste que foi feito no quadrimestre anterior com o IPMC. Então, temos um acréscimo de 2,4% das nossas despesas. Em seguida, mostraremos mais ou menos como que se comportaram as nossas despesas. (Próximo slide). Aí, com relação às nossas despesas, tivemos um decréscimo em juros e encargos da dívida. Porque fizemos menos leilões, em especial, do que no ano passado. Tivemos a quitação do nosso maior fornecedor, a Cavo, das dívidas de 2016 para trás; e temos, então, ainda pago as parcelas. Mas o nosso estoque tem diminuído. Pessoal e encargos sociais, mantivemos estáveis, em torno de 0,5%; e outras despesas correntes, um acréscimo de 5,7%, em dois bilhões, trezentos e noventa e seis milhões de reais. (Próximo slide). Inversões financeiras são os recursos que são passados às companhias, em especial a Cohab e a Urbs. Passamos menos dinheiro do que no mesmo período do ano passado, justamente porque a Urbs, em especial, já tem uma trajetória de sustentabilidade, depois das medidas que foram tomadas, mais adequada. Amortização da dívida, como eu disse, caiu; aí sim aparece a questão dos leilões, não era na juros e encargos. E com relação a investimentos, tivemos um acréscimo significativo: 23%; investimos até agora cento e quarenta e dois milhões de reais, até o fim do quadrimestre. (Próximo slide). E, aí, os seiscentos e quatorze milhões, que havíamos mencionado, em 31 de dezembro de 2016. Qual é o panorama desse valor? Nós já pagamos, ou já obtivemos a quitação de trezentos e oitenta e dois milhões de reais. Existe um saldo devedor de duzentos e trinta milhões de reais. Mas esse saldo devedor está parcelado, a sua maior parte representa o IPMC: cento e trinta milhões de reais. É uma dívida que pagaremos por muitos anos, aqueles quinhentos milhões de reais que não foram pagos entre 2015 e 2016 e foram parcelados. Os parcelamentos estão em dia, mas parcelamos em duzentas vezes. É uma dívida cara para Curitiba; custa IPCA mais 6%. Não tem rendimento financeiro que ache esse valor. Mas estamos pagando essa dívida de 2015 e 2016. Aí temos um saldo ainda dos nossos fornecedores, que estão recebendo via leilão ou parcelado. Temos um gráfico do leilão, em seguida, para mostrar. Esse é o nosso leilão inverso. Já pagamos cento e oito milhões de reais por meio do leilão. Obtivemos um deságio médio de 17,81%, então, economizamos quase vinte milhões de reais com pagamento dos atrasados dos nossos fornecedores e permanecemos em dia com as nossas obrigações correntes. E aí, os precatórios, tenho dito aqui que quem está em dia no Brasil não é beneficiado. Então, quem deve precatórios hoje é beneficiado pela Emenda Constitucional 62 e pela Emenda Constitucional 94. O que significa isso? Significa que existe uma previsibilidade do pagamentos de precatórios, se paga um valor da Receita Corrente Líquida. Curitiba está em dia e paga por isso, mas paga caro, porque nós temos que, em julho, Vereador Paulo Rink, rezar para que o valor seja baixo. É uma surpresa, não sabemos se serão sessenta, duzentos, enfim, o Tribunal de Justiça manda a conta e temos que nos virar para pagar. Situação diferente de quem deve. Quem deve tem até uma previsão constitucional de uma linha de crédito favorecida pela União Federal que, diga-se a verdade, ainda não foi implementada, mas está lá na Constituição. Então, quem paga em dia não tem o mesmo benefício. Aí o acréscimo dos precatórios de Curitiba entre 2013 e 2016, foram pagos cento e trinta e nove milhões de reais. Entre 2017 e 2010 nós pagaremos trezentos e vinte e oito milhões de reais em precatórios, o valor mais do que dobrou, então, tivemos que fazer um esforço muito significativo para manter essas obrigações em dia. E quais são esses precatórios? Posso dizer que eu mesmo fui verificar alguns deles e diziam respeito à desapropriações da Caximba, que foram realizadas aí em 2004 e que o Município agora paga a conta com juros e correção monetária. Aí a nossa conta dos aportes da previdência, faço questão também, porque essa é uma medida aprovada aqui na Câmara

Municipal com o plano de recuperação e que mostra que uma conta que era zero, o Município devia quinhentos milhões, e não tinha um real no orçamento em 2017 para fazer frente às suas obrigações previdenciárias, o aporte da previdência dos servidores passou, conseguimos ter uma conta dentro do orçamento de trezentos e cinquenta e um milhões de reais em 2020. Então, todo esse esforço que foi feito, quando se escuta aqui na Câmara que os servidores pagaram a conta, enfim, na verdade não, a cidade economizou para fazer frente aos aportes previdenciários que hoje estão em dia. São trezentos e cinquenta milhões de reais que estão no orçamento e que não eram pagos, e quem pagava era o contribuinte com juros e correção monetária como mostrei anteriormente. Aí mais uma conta interessante que também é uma conta parecida com a previdência. Percebam lá, em 2016 o orçamento do Município, essa linha cinza, começava com dezoito milhões, a linha azul em cima é quanto o Município efetivamente gastava, então, em 2016 o orçamento começou com dezoito, mas foram gastos cento e sessenta. Diria que foram gastos muito mais recursos, mas eles corriam por fora do orçamento, eram as despesas sem empenho. Então, em 2017 colocamos essas despesas sem empenho para dentro, pagamos o passado, então, fomos lá para duzentos e setenta e seis milhões de reais, e a nossa linha cinza vem paulatinamente aumentando, porque não temos capacidade, a cidade não tem capacidade de aumentar a previdência, a saúde, enfim, todas as contas de uma vez só, mas já estamos aí em duzentos e cinquenta e quatro milhões em 2010, um valor finalmente muito próximo do que que foi gasto, nossa previsão de gasto em 2019. É isso que da a capacidade, enfim, das secretarias se planejarem. Com relação às nossas metas e limites. Temos um Resultado Primário realizado até esse quadrimestre de quatrocentos e trinta e seis milhões de reais, está errado ali, está realizado o primeiro quadrimestre e é o segundo quadrimestre. Isso significa que vamos ter capacidade, existe ainda o 13º, a segunda parcela que será paga ao final do exercício, então, esse valor deve ainda ter algum reflexo. Resultado Nominal, o quanto diminuímos da nossa dívida, com relação à posição de caixa, em torno de quinhentos milhões de reais, também é um resultado bastante expressivo, e a nossa Receita Corrente Líquida, no geral, se manteve estável, com pequeno decréscimo aí no quadrimestre de 0,17%. Limites com despesa de pessoal, estamos em 44%, do ponto de vista da estabilidade nas despesas de pessoal nos últimos dois anos. Aí mostra nossa despesa de pessoal, sem o FUC, medida salutar aprovada aqui também na Câmara. Estaríamos, no segundo quadrimestre, com 50,50% caíamos a 42% em 2018 e estamos com 44% abaixo ainda dos nossos limites, mantendo uma política saudável do ponto de vista dos limites da LRF. Lembrando, desde já, que limite da LRF não significa que existe capacidade financeira para bancar as despesas de pessoal a todo o custo. O limite é um indicador apenas. O limite pessoal é indicador pensado pela Lei de Responsabilidade Fiscal Nacional que simplesmente estabelece, dentre outras condições, um limite para pessoal. Mas não significa que o município ou o ente público tenha a capacidade de chegar até esse limite. Aí os nossos limites com a dívida. Curitiba tem uma situação tranquila do ponto de vista de dívida fundada, estamos aí com posição inclusive superior de ativos com relação aos nossos débitos de operações de crédito e de dívidas fundadas do Município. Aí também um gráfico que brinco e falei isso na LOA, poderíamos apresentar só este gráfico aqui na Câmara de Vereadores. Esse gráfico diz muito porque diz o quanto o Município pedalava com recursos do orçamento corrente para pagar obrigações do ano passado. Percebam que em 2016 esta pedalada chegaria a quatrocentos e noventa e três milhões de reais, estendendo-se a 2017. O que é isso? São recursos utilizados a título de um rubrica chamada despesas de exercícios anteriores, que é essa linha cinza aqui debaixo, que são utilizados para pagar a despesas do exercício passado. Então, o Município se vale de recursos do orçamento vigente para pagar aqueles esqueletos que ficam sem empenho dentro do armário. Conseguimos com o tempo diminuir, estamos em apenas dois milhões de reais, o que é um número muito saudável. Deve-se pensar: "Deveria ser zero esse número!" Sim, deveria ser zero, mas existem obrigações que aparecem como ressarcimento de pessoal, algum funcionário que foi cedido pelo Estado e o Município não pagou, enfim. Geralmente são essas as obrigações que constam ali e a rubrica existe exatamente para isso. E a linha verde é o valor da nossa novação com os nossos fornecedores. Estamos aí com um saldo de apenas, relativamente, de trinta e dois milhões de reais a serem pagos, pretendemos, até o final de 2020. A nossa dívida externa hoje, sem contar as operações que serão feitas com o BID e com o IFD, tanto para o Inter II como para a Caximba, temos aí 66% o BID e 34% a Agência Francesa. Vale dizer que encerramos uma operação, quitamos uma operação com o Fonplata. Curitiba já encerrou esta operação e já pagou todos os seus encargos com o Fonplata. O BID duzentos e sessenta e sete milhões de reais, é o valor da

operação, e a Agência Francesa cento e trinta e sete milhões de reais. Aqui é a nossa dívida interna. Então, desde já, a maior linha é a nossa Previdência, aquela de trezentos e noventa e três milhões de reais lá de baixo. Percebam que os números fecham, quando digo que a nossa maior dívida, os quinhentos milhões eram da Previdência, ela se mantém lá e vai se manter por algum tempo, como a maior dívida do Município, trezentos e noventa e três milhões, saldo referente a 2015 e 2016. Aí temos operações com a Caixa, operações com o Pasep. O Pasep é uma rubrica que deveria ser expurgada do nosso sistema, significa 1% das nossas receitas que o Município paga para a União. Não faz sentido o Município ser tributado pela União Federal em 1% e pagar noventa e sete milhões de reais do Pasep ao longo do exercício. Clientes com garantias, extremamente baixo, até porque Curitiba não tem tantas operações de crédito em curso. Temos aí bem abaixo dos limites máximos fixados pelo Senado Federal, 3,26%. Aí limites com operações de crédito, trinta e sete, quatrocentos e cinquenta e oito, segue a mesma lógica, temos um limite de 7% de antecipação de receita, Curitiba não fez, nunca chegou a fazer operações de antecipação de receita, a chamada ARO recentemente. Então, temos aí em 0,50% o nosso limite de operações de crédito. Serviços de publicidade e propaganda, esse é um limite introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal, o máximo é 0,60%, estamos em 0,25%, portanto abaixo do limite fixado pela Lei Complementar 101, aqui de Curitiba. E nossos índices constitucionais, finalmente, a Saúde, não só Curitiba mas outros municípios que gastam muito mais do limite de 15%. Volto a dizer que limite não significa qualidade do gasto. Então, gastar 15%, 20%, 30%, 40%, não significa que o gasto é melhor, o que importa, sim, é a gestão do gasto público. Estamos com 20%. Devemos chegar a 22% na Saúde até o final do ano ou talvez 21.9%, alguma coisa próxima a isso. E na Educação estamos em torno de 24.1% e devemos chegar em torno de 26%, ao final do exercício. Ali são os números das receitas, enfim, uma receita total na Saúde, seiscentos e trinta, empenhada, uma despesa, desculpe, empenhada de seiscentos e trinta, e uma despesa empenhada na Educação de setecentos e sessenta e dois milhões de reais. Finalizo com o Nota Curitibana, também aproveitando a oportunidade para pedir à Câmara que tanto o projeto do Nota Curitibana como também a criação do Fundo de Estabilização Municipal, um projeto fundamental para que Curitiba não experimente atrasos de pagamentos, juros de mora, como o passado recente mostrou. Então, precisamos sim fazer um esforço, precisamos ser formiguinhas que trabalham e economizam para tempos ruins, e é isso que pedimos por meio do Fundo de Estabilização do Município. Era isso, Presidente. Muito obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Secretário. Que o senhor tenha a honra de sentar conosco aqui na Mesa. Então, vamos aos trabalhos. Já que a Josete está sentada aqui a minha esquerda, está com a lista dos inscritos, v ou pedir que façamos as inscrições para o decorrer desta audiência pública. Primeiramente, vou colocar as perguntas dos Srs. Vereadores da Comissão de Finanças. Alguns deles estão na Mesa comigo, alguns Vereadores cederam o espaço gentilmente aos convidados. Então, os integrantes da Comissão terão três minutos. Na inscrição já vejo aqui os Vereadores Mauro Bobato, Professora Josete, Ezequias Barros, Dr. Wolmir. Neste primeiro bloco já temos quatro inscritos. V amos fazer o seguinte: teremos três Vereadores que terão três minutos para a pergunta. Peço o entendimento dos senhores para que mantenhamos o tempo dessa pergunta. Se precisar de uma reinscrição, podemos tentar fazer uma se houver tempo para essa questão. Vamos tentar manter as perguntas em três minutos, o Secretário responde o bloco de três perguntas, e assim vamos fazendo na sequência. Então, vamos abrir a pergunta ao Vereador Mauro Bobato. Primeiro bloco, lembrando que teremos Mauro, Josete e Ezequias. Segundo bloco começo com Dr. Wolmir.- O Sr . Mauro Bobato:- Obrigado, Presidente Paulo. Só desejando boas-vindas ao Secretário Vitor Puppi e a toda a sua equipe. E que seja produtiva esta audiência. Vitor, sempre questionei, o que passou passou, a vida segue, mas eu ainda pontuo: uma simulação não foi possível. Se não fosse aprovado o reajuste fiscal como estaria a situação da cidade, inclusive em termos de RH no município, em que patamar estaríamos? No mais, queria desejar boa sorte, porque sei que tua incumbência hoje é muito grande. Além de cuidar das finanças da Cidade de Curitiba, você está à frente de uma importante instituição que é a associação. E vocês estão fazendo um trabalho para tentar deixar as capitais economicamente sustentáveis. Se você puder pontuar mais um pouco isso. Como que tramita isso? Imagino a dificuldade que você tem para chegar no pessoal do Congresso e tentar colocar essa situação, que onde as coisas acontecem é no município. Aqui os trinta e oito Vereadores brigando pelos nossos interesses, pelas nossas comunidades, pelo nosso pessoal. Lá no Congresso imagino que a briga seja maior. E quanto a gestão junto ao estado, como o estado t em visto isso aí? Se existe uma possibilidade deles contribuírem mais. No mais, desejar boa sorte.

Foi uma agradável surpresa. A tua vivência na vida pública, acabamos acompanhando um pouco por fora, mas desejo sucesso. Ficar como Presidente da Associação é uma coisa emblemática para Curitiba, para termos influência e talvez tentar buscar a autossustentabilidade do nosso Município. Parabéns.- O SR. PRESIDENTE:- Na sequência, Vereadora Professora Josete.- A Sra. Professora Josete:- Bom dia, Secretário, e toda a equipe da Secretaria de Finanças. A primeira pergunta é em relação às receitas de capital, o valor está abaixo da previsão inicial. Qual a explicação e em que medida isso afeta o planejamento inicial. Acho que é importante dizer, que tivemos a aprovação de dois grandes empréstimos, um na área de transporte, outro mais dirigido à mobilidade. Então, que medida isso pode trazer prejuízo. Outra questão, é em relação à situação financeira da Cohab. Nós buscamos informações no site e não obtivemos sucesso, não está publicada a prestação de contas de 2018. Então, gostaríamos de saber em que situação está e também em relação a Curitiba S.A e a Urbs. Em relação aos servidores, tivemos a aprovação da Lei. Nº15.043, de 2017, e no seu Art. 2º, § 2º, se estabelecia um prazo, para que os atos normativos, que foram suspensos, voltariam a produzir efeitos até 31 de dezembro de 2019. Então, se já há uma previsão, por parte da Secretaria de Finanças, em relação ao descongelamento dos planos de carreira, enfim e outras questões que foram congeladas a partir dessa Legislação. Em relação à data-base também, se já existe alguma previsão por parte da Secretaria. Em relação ao IPMC, o senhor colocou que existe, por parte da Secretaria de Previdência, houve uma nova interpretação e que o estorno foi acatado e gostaria que fosse recordado qual o valor desse estorno, explicar melhor em relação ao que corresponde esse estorno. Também, em relação ao IPMC, qual a situação financeira e em relação ao CuritibaPrev, qual tem sido o perfil de adesão e se já existe um panorama em relação a isso também. E em relação ao ICS, há uma dívida do que verificamos aqui, de cinquenta e nove milhões. Então, além dessa dívida, qual a situação atual do ICS. Muito obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Concedo a palavra ao Vereador Ezequias Barros, por três minutos para sua pergunta.- O Sr. Ezequias Barros:- Obrigado, Sr. Presidente. Quero parabenizar a Aline pelo trabalho que faz nesta Casa, com toda a sua equipe. Parabenizar o Secretário e toda sua equipe pelo competente trabalho que fazem frente à Secretaria de Finanças. Perguntar, Secretário, se as emendas dos Vereadores serão pagas e tem algumas ainda de 2018 e as 2019. E perguntar ao senhor se tem sido feito alguma ação, junto ao Estado do Paraná, para que haja um aumento nos recursos estaduais, tendo em vista todo numerário que o senhor traz para nós, a diferenciação, nós olhamos São José dos Pinhais, Araucária e outros municípios, que ganham e muito de Curitiba ali no SMS. Muito obrigado. Parabéns a toda equipe pelo trabalho.- O SR. PRESIDENTE:- Acho que vou colocar cinco minutos para você ou dez e, conforme a necessidade, para esclarecer aos Vereadores e vamos com calma.- O SR. VITOR PUPPI:- Obrigado pelas perguntas. Vou iniciar pelo Vereador Mauro. A simulação de RH fizemos à época. Veja, em dezembro de 2016 já não se pagou a patronal dos servidores, isso equivale a noventa e dois milhões de reais, que é uma obrigação da folha. A patronal é folha. Ora, se existia um plano de carreira, existia uma previsão de gastos em torno de duzentos e cinquenta, trezentos milhões de reais, o Município não iria pagar esses valores. Esses valores iam virar precatório, simplesmente por ausência de recursos. A aprovação da lei aqui, que a Vereadora Professora Josete mencionou, serviu justamente para resguardar o Município, pelo menos da aprovação para frente, de precatórios que viriam a surgir dali para frente em razão da obrigatoriedade de implementação desses planos. Vale lembrar que quando um plano de carreira é aprovado em que prevê datas, valores, tabelas salariais, ele vai ser implementado. Hoje o judiciário tem uma posição extremamente favorável aos servidores públicos de qualquer âmbito, nacional, estadual ou municipal. Então, é uma matéria muito delicada porque a nossa despesa de pessoal gira em torno de quatro bilhões de reais. Qualquer item que se faça em planos de carreira, em especial do magistério, da Guarda Municipal, que são números muito altos, são muitos servidores, temos que fazer com cuidado. Hoje, se não tivéssemos aprovado não teríamos pago as implementações, teríamos uma pressão muito grande para pagar implementações e tabelas salarias e esses valores virariam precatórios, aí, uma conta futura com juros e correção para o Município pagar para frente. Na prática seria isso. Com relação à reforma tributária, eu agradeço a menção, realmente é um desafio grande, Curitiba à frente de todas as capitais do Brasil na representação política, mas temos dificuldades, Vereador. Por que temos dificuldades? Porque os estados estão quebrados: Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de janeiro, Goiás. Os estados têm uma situação de penúria muito significativa em suas contas. Então, diante dessa crise, os estados resolveram achar como saída esse imposto novo que aumenta a base tributária para eles. E os municípios foram

informados, foram consultados, então temos uma dificuldade muito grande de participar do debate. Mesmo assim, hoje temos um projeto de emenda a essa PEC 45 com mais de duzentas assinaturas lá no Congresso, conseguimos na semana passada e devemos apresentar para que a autonomia dos municípios seja preservada. Estamos lutando por isso, pelo ISS, com algumas modificações no ISS, tentando inclusive agradar pequenos municípios, mudando o ISS para o destino, mas é uma batalha bastante difícil no Congresso Nacional. Passando às perguntas da Vereadora Professora Josete, as receitas de capital que tiveram decréscimo. Isso se deve em razão da frustração de repasses, sejam da União Federal ou do Estado. Tínhamos, às vezes, para alguma obra a expectativa de receber recursos ao longo do ano, e não recebemos. Ou ainda não recebemos, vamos acabar recebendo ao final do exercício, ou no início do exercício que vem, mas ainda não recebemos, e recebíamos mais em 2018. Isso se deve também ao início do Governo Federal. Uma nova gestão, a primeira medida geralmente é paralisar, se não tornar tudo mais filtrado. Muitos pacotes, por assim dizer, do Governo Federal, não foram recebidos conforme previsto, vou dar um exemplo: o terminal do Tatuquara, tínhamos uma previsão de receber recursos da União para darmos seguimento às obras. Não recebemos, vamos bancar com recursos próprios na Cidade de Curitiba. Então, são essas intervenções, enfim, que diminuíram as nossas receitas de capital no período. Com relação à prestação de contas da Cohab, Curitiba S/A e Urbs, essa gestão é de competência das sociedades de economia mista. Como Executivo, não tenho inclusive assento no conselho, não tenho assento à mesa dessas companhias, então seria mais produtivo que fosse enviado a elas a necessidade de se publicar a prestação de contas. O que eu posso dizer é que algumas medidas nós acompanhamos, em especial na Urbs, e a Urbs, embora tenha dificuldades, inclusive, questões históricas, dívidas históricas a serem resolvidas, tem se mantido também mais equilibrada e deve, com o novo EstaR que deve ser implementado até o final do ano, começo do ano que vem em Curitiba, recuperar a sua capacidade, a sua autonomia, do ponto de vista de recursos de receitas financeiras para a empresa. Cohab e Curitiba S/A eu pediria que fosse encaminhado às companhias o pedido de prestação de contas, que é obrigatório em razão do disposto em lei. Com relação aos planos de carreira e a data-base, estamos trabalhando a questão da data-base, verificando quais são as possibilidades do Município para o final deste ano e todo o período do ano que vem, devemos em breve encaminhar à Câmara quais são as nossas conclusões. Não posso adiantar absolutamente nada agora, porque não tenho ainda o fechamento desses números. Os planos de carreira da mesma forma. A Secretaria de Recursos Humanos tem trabalhado no assunto no que diz respeito aos planos. Mas desde já adianto que os planos de carreira, como foram aprovados no passado, sem sequer existir previsões factíveis de impacto financeiro, previsões que contemplassem a capacidade orçamentária do Município à época, na minha opinião diz respeito, inclusive, à própria Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que sejam demonstrados quais os impactos dos planos e a capacidade do Município em absorver esses planos. Isto não foi feito quando aprovados os planos na gestão anterior. Vocês podem dizer: ora, mas como que eu sei que não foi feito? Não foi feito porque não foi implementado. O plano do Magistério teria que ter sido implementado em 2016, novembro, dezembro de 2016, e não foi. Então, não é esta gestão que não implementou. A gestão passada já não implementou também os planos de carreira. Então, nos parece óbvio que o Município não tinha capacidade à época de suportar os planos na forma como foram apresentados. Então, respondendo a pergunta, a Secretaria de Recursos Humanos deve também encaminhar bastante em breve em razão do prazo que existe da Lei 15043, como V.Exa. lembrou, a solução para os planos de carreira. O IPMC, qual foi a lógica e lembrar os valores. Em torno de seiscentos e noventa milhões foram utilizados para compensar obrigações correntes do Município com o IPMC entre 2017 e 2018. Como mostrei ali, Curitiba em 2017 não tinha nenhum real para fazer frente aos aportes previdenciários. O que fizemos. Criamos um espaço no orçamento sem retirar os recursos do IPMC e mantivemos em dia os aportes com esses valores, com a compensação. Esta compensação se encerrou no primeiro quadrimestre de 2018 e agora o Município passa toda a parte financeira regularmente e mensalmente também para o Instituto de Previdência. Essa operação depois de uma resistência inicial injustificada, diga-se de passagem, da Secretaria da Previdência, porque, pessoalmente, como cidadão, eu nunca vi um órgão federal responder uma questão tão complexa em apenas uma semana, como foi feito à época da aprovação dos planos, mas dois anos depois foram revistos esses predicados da aprovação do plano e a Secretaria da Previdência entendeu que a aprovação da lei foi legítima aqui em Curitiba. Este assunto, do ponto de vista da Secretaria da Previdência Nacional, se encerrou. Com relação a

CuritibaPrev, não sei o número de adesões, acredito que está em torno de quinhentas pessoas. O que é bem interessante comparando com outras previdências complementares no País, inclusive de estados, mas o Presidente Rauen também está a disposição, inclusive, no que diz respeito a parte financeira. É claro que a CuritibaPrev no início depende de auxílio do Tesouro para se sustentar, porque no dia 01 ela tem um ou zero participantes. Esta sustentabilidade ocorre ao longo do tempo, seja mediante a carteira própria do Município ou seja também absorvendo a carteira de outros municípios. E aí digo até mais, que o Município de Curitiba foi bastante feliz, porque a reforma da previdência, por mais que tarde para municípios e Estados, certamente uma hora virá, irá fazer com que outras cidades tenham que criar a sua previdência complementar ou venham a aderir a previdências já criadas, ou até mesmo os Estados, pois outros Estados podem aderir a previdência complementares de capitais, por assim dizer. Nesse sentido, tenho certeza que a iniciativa da previdência complementar foi bastante salutar para a cidade, não só do ponto de vista atuarial, mas também de gestão mesmo, de modelo de gestão para o país. Com relação a dívida do ICS, iniciamos 2017 com uma dívida superior a trinta e não tínhamos previsão orçamentária em 2017 para pagar os valores para o ICS e foi aprovada, salvo engano em novembro de 2017, uma lei que reestruturava a dívida do ICS. Essa dívida vem sendo, não só paga pelo Município, mas as parcelas foram adiantadas pelo tesouro municipal ao ICS, a fim de colaborar também com a gestão do Instituto. Com relação a saúde financeira do ICS, também seria interessante chamar a Presidente, a Dora, para explicitar hoje qual é a situação atual do ICS. Acho que com isso encerro esse bloco e ainda tem as perguntas do Vereador Ezequias Barros. Com relação as emendas, as de 2018 e 2019 serão pagas. Provavelmente alguma emenda que não tenha sido paga é muito mais uma questão burocrática ou projeto, enfim, alguma coisa que a Secretaria de Governo poderia explicar, mas não é a questão financeira. As emendas estão provisionadas e assim que o recurso é empenhado, damos sequência as emendas. Com relação ao ICMS e as ações junto ao Estado, estivemos com o Prefeito Rafael Greca e os Deputados Romanelli, Alexandre Cury, Maria Vitória, explicando a situação do ICMS e da perda de recursos por Curitiba. O problema é que é uma questão política, temos trezentos e noventa e nove municípios no Estado e alterar os critérios dos 25% significa obviamente que Curitiba viria a ser beneficiada, mas outros municípios acabariam recebendo mais recursos. O que seria preciso fazer é, municípios que já recebem recursos como royalties, por exemplo, cidades que constroem estátuas de cinco, dez, vinte metros, não precisam usar esse recurso público enquanto faltam recursos em outras localidades ou esses recursos poderiam ser melhor aproveitados em outras localidades para dar cabo aí aos serviços públicos. Existe e existiu já uma ação com deputados, mas é uma questão política, Vereador, que a sociedade também precisa debater aqui no Estado do Paraná.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Secretário. Temos inscritos para o próximo bloco os Vereadores Dr. Wolmir, Noemia Rocha e Tico Kuzma. Lembrando à população e sindicatos que tenham algum questionamento ao Secretário, que por favor façam por escrito, passem ao Cerimonial, que farei a leitura aqui em Plenário, para que todos tenham a sequência dos trabalhos. Concedemos a palavra ao Vereador Dr. Wolmir.- O Sr. Dr. Wolmir:- Sr. Secretário, eu o cumprimento e gostaria que o senhor pudesse explanar sobre dois assuntos, o primeiro do Muralha Digital, que aprovamos, foi encaminhado e na última conversa que tivemos lembro que V. Senhoria estava tratando das questões de financiamento, juros, fazendo análise. O primeiro ponto é esse, como está, se avançou ou não? Em qual pé está esse projeto? E segundo, em relação ao ITBI, que observamos ali esse decréscimo da receita, eu até havia comentado na Secretaria esses dias se havia caído a arrecadação ou não. Lógico, quando falamos nessa queda, eu vejo muito, queira ou não, um incentivo aos contratos de gaveta, para que se evite fazer a escritura e o recolhimento, ou por falta de dinheiro mesmo, ou com um outro fim. A pergunta que fica, não querendo punir o bom pagador, é se não deveríamos, de repente, repensar o parcelamento. Porque com o parcelamento, para algumas pessoas, consegue-se lavrar a escritura. Não sei qual é o posicionamento da Secretaria ou o seu pensamento, se tem trabalhado nisso ou não. Seria isso. Obrigado, Secretário. E parabéns pelo trabalho que o senhor tem realizado, temos acompanhado lá também. Parabéns.- O SR. PRESIDENTE:- Passamos a palavra à Vereadora Noemia Rocha.- A Sra. Noemia Rocha:- Muito obrigada, Vereador Paulo Rink. Parabenizo a equipe do Secretário Vitor Puppi. Tenho algumas perguntas a fazer. Eu sei que a Cohab é uma estatal, tem uma administração diferenciada, mas tenho uma preocupação e uma dúvida, Secretário. Gostaria de entender isso e se passa pelo seu comando. Sabemos que há a outorga onerosa, sabemos que ela é destinada ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e sabemos também que ela é

transformada em cota. Fizemos um apanhado: dezenove milhões para o Fundo, e cento e noventa milhões em cotas. Nesse investimento, qual a previsão de investimento executado nos gastos correntes até o final desse exercício? É possível considerar o investimento na Cohab para construção de moradia social e também de regularização fundiária? É uma pergunta. Outra pergunta é em relação ao passivo judicial, em que temos a dívida do Município na Justiça. Qual é o montante? Qual é a origem? Como que isso impacta no orçamento? Outra pergunta, Secretário, é sobre a participação que a Secretaria teve na área de saúde, as mudanças, inclusive e em especial o FEAES, que foram feitas recentemente. O que impacta no orçamento do Município e de que forma impacta? Ou seja, qual o impacto da contratação via Organização Social aos cofres públicos? Se existem esses dados também. Eu me preocupei com a sua fala, estive na Federação de Municípios, em Brasília, que era: "Menos Brasília, mais Brasil." A minha preocupação é que seja teoricamente falando e que não seja prática. Há uma participação das grandes cidades, ou do Secretário mesmo, numa comissão de estudo, ou alguma coisa que se possa fazer para mudar, por exemplo, a fórmula do ICMS, a maneira com que ela é conduzida, pensando no cidadão urbano? Como que isso tem sido feito? E a última pergunta é uma pergunta que trabalhamos e eu fui relatora, sobre a desvinculação do IPTU e da coleta de lixo. Não sei se Vossa Senhoria já falou, já explanou, mas a arrecadação desse recurso foi para subsídio, foi para investimento? Como que está sendo feito? Muito obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Vereador Tico Kuzma, com a palavra.- O Sr. Tico Kuzma:- Cumprimento o Secretário pela brilhante explanação. A explanação do Secretário mostra, e nos dá tranquilidade, que ele tem pleno conhecimento de tudo aquilo que está falando. Gostaria de cumprimentar, em nome de todos os colaboradores da Secretaria, o Sérgio Luiz Primo, pelo brilhante trabalho que todos fazem e pelo atendimento também, que, quando estamos lá, eles nos prestam, com grandeza. Secretário, na realidade, uma das perguntas é em relação aos estacionamentos e ao Nota Curitibana. A maioria dos estacionamentos que vamos pede um e-mail, não se consegue no mesmo momento emitir a nota fiscal, ou aquele recibo que é transformado em nota fiscal. O que a Secretaria está pensando para esse assunto? Também gostaria de falar em relação ao ITBI, algo que vi recentemente. Quando o contribuinte paga a guia do ITBI, Secretário, o imóvel já passa, na Prefeitura, a constar no nome dessa pessoa que pagou essa guia do ITBI ou somente após uma notificação do cartório que a Prefeitura faz essa mudança de nome? Porque se for no momento em que paga a guia, às vezes, o ato no cartório não é efetivado e a Prefeitura já está transferindo esse nome. Então, uma dúvida nesse sentido. E a outra pergunta, Secretário, já desde o ano passado diversos Vereadores, e esse ano também, vêm aprovando requerimentos de sugestão à Prefeitura para que a Prefeitura faça um novo Refic, um plano de recuperação para o contribuinte. Assim como a Prefeitura passou por dificuldades e fez o processo de inovação visando quitar suas dívidas, nós vivemos um momento no País em que muitos contribuintes estão em débito com o Município. E se for considerar juros e multas, não têm condições de regularizar suas finanças, sua vida pessoal e diariamente estão sofrendo com essas questões. Então, por que não o Município enviar à Câmara, ao Prefeito, um projeto de lei complementar instituindo um novo Refic, talvez não com prazo longo, mas que abra alguma possibilidade do contribuinte também saudar suas questões com o Município? Essa é a pergunta e esse é um desejo do Refic, acredito que de todos os Vereadores, porque todos são procurados diariamente por pessoas que gostariam de um Refic. Muito obrigado e parabéns a toda equipe.- O SR. PRESIDENTE:- Devolvemos a palavra ao Secretário Vitor Puppi.- O SR. VITOR PUPPI:- Muito obrigado. Começar com as perguntas do Vereador Wolmir. Então, a muralha digital, uma etapa já foi cumprida, que era a revitalização das câmeras que estavam quebradas ou inoperantes em Curitiba. A segunda etapa diz respeito também à licitação do radar, que está caminhando a cargo da Secretaria de Defesa Social. Pareceu-me que havia um questionamento do Tribunal de Contas, esse processo retornou e, em breve, os radares que vão contar com formas de identificação de veículo, enfim, mais inteligentes, deve à frente terminar essa segunda etapa. E a terceira etapa, que também é a integração, e aí é um programa maior, depende de softwares, recursos, está em licitação ou processo de licitação a cargo da Superintendência de Tecnologia, na Secretaria de Administração. A questão de recursos já estudamos a possibilidade de viabilizar via BNDES, mas BNDES, para que isso ocorra, devem ser equipamentos nacionais ou não existir similar nacional no mercado. Existe um estudo para verificar a possibilidade de fazer a aquisição desses materiais via BNDES, ou se teremos que dispender recursos do Tesouro, e aí depende também de previsão, porque até agora não temos ainda os valores para posicionar de uma forma melhor. Com relação ao ITBI, já respondendo a última pergunta do Vereador Tico Kuzma, o parcelamento não é

factível quando se cobra na escritura, porque você faz o pagamento na escritura e aí a pessoa teria que pagar em sete parcelas para lavrar a escritura. Porém, o que estamos estudando é a possibilidade de fazer o parcelamento via cartão de crédito desses tributos, não só ITBI, como também de outros impostos. Parece-me que isso poderia solucionar a questão da ausência hoje de parcelamento. Mas, lembrando ainda que o parcelamento, Vereador, correspondia só a 6% do total de transações em Curitiba. Então, só 6% das pessoas utilizam o mecanismo do parcelamento para pagar o ITBI. Enfim, acreditamos que o cartão de crédito possa resolver essa situação. E por que não foi antes o cartão de crédito? O cartão de crédito geralmente cobra uma taxa, um percentual sobre a operação. Então, um imóvel, uma operação de um milhão, o cartão cobraria mais ou menos 4%, por exemplo, e nós entendíamos que isso não era adequado. Agora existe uma solução ofertada por algumas intermediadoras em que não se cobra essa taxa do Município e também não tem o floating, que é o período em que o recurso demora, é depositado e é repassado à Prefeitura. Seria imediato. Estamos estudando isso e em breve acho que essa questão do ITBI e do parcelamento pode ficar resolvida por meio do cartão de crédito. Com relação às perguntas da Vereadora Noemia. Além dos investimentos do fundo, vamos direcionar em torno de seis milhões de reais para a Cohab fazer as desapropriações em áreas para construção de habitação de interesse social. Esses recursos estão caminhando, seja o valor de outorga que vai diretamente para o fundo, aquela parcela que V.Exa. mencionou, mas também recursos do Tesouro que serão aportados na Cohab de acordo com o cronograma físico financeiro das desapropriações e das obras. Temos até um projeto que me parece que foi encaminhado aqui para a Câmara com crédito especial em torno de seis milhões, que é justamente para que essas desapropriações sigam também não somente pelo fundo, mas também pela própria companhia, pela Cohab. O passivo judicial do Município é uma pergunta muito importante. Qual o passivo judicial hoje do Município? Assim que a sentença trânsita em julgado e se constitui o crédito contra o Município, nós escrevemos em precatório mediante informação do Tribunal de Contas. Então, a cada ano, Vereadora, ficamos na dependência das informações do Tribunal de Justiça que nos manda em julho esse montante devido pelo Município. Já conversei com a Procuradora Geral para quantificarmos previamente quais as ações mais impactantes para o Município e termos a gestão mais apurada desse passivo judicial, antes de se tornar o precatório. Estamos trabalhando em algum sistema que nos dê essa projeção para que não fiquemos na dependência dos cálculos do Tribunal de Justiça em julho. Hoje, posso dizer que ano que vem pagaremos em torno de sessenta, setenta milhões de reais em precatórios, mas em 2021 não saberia dizer, depende do Tribunal de Justiça em 2020. Então, não é um número muito preciso, mas acredito que tenhamos sim como melhorar isso. A contratação das OSs na Saúde. É uma economia fundamental para o Município. Se uma OS custa quinhentos mil reais a menos, ou quatrocentos mil reais a menos do que hoje o trabalho exercido pela FEAES, se multiplicarmos isso por cinco, são dois milhões por mês, se forem quatrocentos mil, aí, vezes doze, vinte e quatro milhões. Para Curitiba vinte e quatro milhões de reais é muito dinheiro, é muito recurso. Então, precisamos partir para modelos de gestão na despesa pública, porque o problema não é só a receita, o problema é a despesa. Então, se existem esses mecanismos que façam com que o Município performe com um serviço adequado, por vezes até que possa ser igual ou até melhor com menos custos, precisamos perseguir isso em nome também da prestação de contas ao contribuinte. O contribuinte está pagando os seus impostos e se os serviços são prestados da mesma forma, independentemente do colete de quem está do outro lado do balcão, é isso que precisamos buscar. A contratação via OS, do ponto de vista financeiro, será sim mais econômica para o Município. Uma pergunta muito importante: a participação das grandes cidades nesse debate nacional. A participação política é muito difusa. Às vezes o que pensamos no Sul é diferente do que o Nordeste está pensando, o Norte, justamente pela assimetria entre municípios pequenos, médios e grandes. Existe hoje a representação política feita pela Confederação Nacional dos Municípios, mas que representa muito mais os interesses dos municípios menores, e existem dos médios e grandes municípios realizada pela Frente Nacional de Prefeitos, junto com a Abrasf, da qual hoje eu sou Presidente, que trabalham questões técnicas do ponto de vista da arrecadação. Temos nos inseridos no debate, mas depende muito da questão política e neste sentido há de se reconhecer a força que os pequenos municípios têm, em especial a CNM, de mover as coisas no Congresso. Essa assimetria nos deixa numa situação nem sempre confortável em defender as grandes e médias cidades, onde aliás 70% da população reside, são nas médias e grandes cidades, cidades acima de cinquenta mil habitantes, mas existe uma predominância política também das pequenas cidades. Existe esse

embate entre os municípios que acaba dificultando a ação política. A última pergunta é sobre o IPTU e a taxa de lixo. Toda essa desvinculação vai para pagar a coleta de lixo. Hoje arrecadamos em torno de cento e setenta, cento e oitenta milhões de reais para a taxa de lixo, e esse dinheiro é integralmente repassado para a companhia que coleta o lixo em Curitiba. Existe subsídio no lixo? Tecnicamente existe, porque há inadimplência. Embora lancemos o valor integral do serviço aqui em Curitiba, não são todas as pessoas que pagam, temos inadimplência de 13% a 15%, e ao T esouro Municipal que banca essa inadimplência na taxa de lixo. Mas todos os valores vão especificamente para pagar esses serviços. Finalmente, as perguntas do Vereador Tico Kuzma. Muito obrigado pela gentileza, pela manifestação. E já passando à questão do ITBI, acredito que já respondi. Os estacionamentos e o Nota Curitibana.- O Sr. Tico Kuzma:- O ITBI, Secretário, se é transferido quando paga a guia ou quando o registro de imóveis.- O SR. VITOR PUPPI:- Ah sim. Hoje quem faz a guia é o cartório que lavra a escritura. Antes a pessoa tinha que mandar a matrícula para atualizar, enfim. O que queremos fazer? Deixar isso automatizado. Lavrou a escritura, quando comunica o registro já troca o IPTU. Até vou conversar isso com o Diretor Sérgio Primo, para ver em que pé está isso, para facilitar um pouco mais para o contribuinte. A questão do estacionamento, é uma questão que temos trabalhado da seguinte forma: a emissão da nota de serviços, não só em Curitiba como em outras localidades, é muito demorada. Diferentemente daquele cupom que quando V.Exa. vai na padaria e pede o CPF na nota, e já sai o cupom, na Nota Curitibana ou em qualquer nota modelo, o modelo abraço, inclusive, nacional, como se diz, a pessoa tem que entrar e digitar os campos. E demora para preencher. Por isso ela manda por e-mail depois. Como estamos trabalhando? Existe um projeto já implementado em outras cidades que possibilita a emissão via aparelho celular. Então, o próprio aparelho celular, já com o CPF do contribuinte, vai facilitar a emissão dessa nota. O estacionamento que, geralmente, é um serviço muito rápido, a pessoa pega o carro e vai embora, ele emite aquele recibo RPS - Recibo Provisório de Serviço - para depois ser convertido em nota fiscal. Queremos acabar com isso e já tomar a emissão no próprio aparelho celular. E num segundo passo - e este não está desenvolvido ainda, é uma coisa que pensamos - o próprio contribuinte possa emitir a nota ao invés do prestador de serviços. Por que não? Por que o contribuinte não pode chegar com seu QR Code lá e simplesmente emitir a nota? Pode ser. Mas isso tudo passa pela reforma tributária, enfim, mas estamos trabalhando já na primeira opção do celular e um sistema que já está sendo desenvolvido pela Prefeitura de Curitiba. O Refic, o último foi em 2017. É sempre um assunto delicado porque, obviamente, em razão da crise brasileira que se perdura por alguns anos, existe uma dificuldade do setor produtivo em adimplir os seus tributos. Mas o problema do Refic é que quando viciamos o contribuinte em esperar um Refic para pagar em dia suas obrigações, em especial o ISS, que é o tributo que tem mantido a cidade equilibrada, por assim dizer, é um pouco temerário, porque se lançarmos a ideia do Refic, amanhã aquele contribuinte lá já deixou de pagar. "Não vou pagar agora porque em janeiro vai ter um Refic e é mais salutar aguardar esse programa de parcelamento". Então, pessoalmente, uma opinião pessoal, eu tenho um pouco de restrição com relação ao Refic num período tão curto assim. Se foi em 2017, que foi o último Refic, primeiro semestre, poderíamos, na minha opinião, aguardar um pouco mais para lançar o próximo Refic. Quem sabe no começo da próxima gestão, enfim, possamos lançar, até para não frustrar a expectativa de arrecadação do Município durante o último exercício. Mas é minha opinião pessoal. Enfim, isso pode ser depois melhor discutido.- O Sr. Mauro Ignácio:- Para formular requerimento, Sr. Presidente. (Assentimento). Peço a prorrogação da Sessão por vinte minutos, uma vez que a próxima pergunta será minha, Sr. Presidente.- O SR. PRESIDENTE:- Em votação o requerimento verbal do Vereador Mauro Ignácio, que solicita a prorrogação da Sessão por mais vinte minutos. (Pausa) APROVADO. Com a palavra, Vereador Mauro Ignácio.- O Sr. Mauro Ignácio:- Muito obrigado, Sr. Presidente Paulo Rink. Eu quero cumprimentar o Secretário Vitor Puppi e a toda a sua equipe. Fazer um paralelo aqui. Em 2017 os número eram bem diferentes desses, bem piores na realidade. Então, uma alegria ver que hoje a cidade está saneada, está funcionando, os números são melhores, as obras e serviços - não só os números, mas os resultados de Curitiba que está de pé, está funcionando e tem investimentos em toda a cidade. Então, o meu cumprimento, V.Exa., naturalmente o Prefeito Rafael Greca, que é o maestro desta gestão. Mas venho fazer uma pergunta, Secretário: o que me chamou a atenção esta semana, quando recebi uma resposta de um Pedido de Informação, endereçado à Secretaria de Educação, porque na verdade essa gestão do Prefeito Rafael Greca é muito democrática, porque votamos ajuste fiscal e a oposição se beneficia disso, apresentando emendas e ajudando a construir a

cidade melhor, a cidade que desejamos. E a pergunta que fiz à Secretária de Educação, eram: quais os Vereadores que apresentaram emendas em 2017, 2018 e 2019, quais as escolas atendidas, quais emendas já foram executadas por escolas e as emendas pendentes. E, para minha surpresa, a resposta veio, que eu deveria me reportar à Comissão de Economia desta Casa. Eu não sei se o nível de detalhamento da informação repassada por vocês chega a esse ponto, de identificar a escola que recebeu a emenda, a obra que foi executada e as pendências também. Então, não sei se a Secretaria de Educação agora tem uma caixa preta ou é o sigilo de informação. Fiquei muito preocupado com essa resposta e, por isso, lhe passo então, e posso lhe passar depois a cópia desse Pedido de Informação também, para que possa ser detalhado, porque acho que a cidade, a população, a comunidade escolar precisa saber, sim, os investimentos que foram feitos na educação, nesse caso específico, os Vereadores que contribuíram com isso também, acho que é importante, mesmo que sejam da oposição, estão fazendo o seu papel. Quero lembrar mais uma vez, que se hoje há emendas pagas, porque nós, os vinte e sete Vereadores, com coragem, com responsabilidade e sobre a maestria do Prefeito Rafael Greca e a sua também, colocamos a cidade nos trilhos. Então, quais os investimentos em obras deste ano até essa data, investimentos se quiser apontar também, quais as obras mais planejadas e executadas até o momento. Seria isso. Muito obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Concedo a palavra ao Vereador Jairo Marcelino.- O Sr. Jairo Marcelino:- Quero cumprimentar o Secretário Puppi, toda sua administração, estendendo ao ITBI, ao IPTU, ao ISS e aos auditores, que tem prestado um grande serviço junto com a nossa secretaria. Minha pergunta é simples, no próximo ano será um ano político, gostaria que o senhor, não sei se é o momento agora, mas se pudesse nos informar quais as emendas que não poderão ser cumpridas, para que não façamos aqui e depois percamos esse volume em obras que poderão ser concretizadas. A pergunta é das emendas: Qual delas não poderá ser cumprida por ser um ano eleitoral. Já passamos isso há quatro anos, perdemos quase todas as emendas. Então, gostaria que o senhor olhasse com carinho e nos informasse qual delas não poderá ser concretizada.- O SR. PRESIDENTE:- Concedo a palavra ao Vereador Bruno Pessuti.- O Sr. Bruno Pessuti:- Primeiramente, queria parabenizar toda a equipe da Secretaria Municipal de Finanças, o Vitor nas suas apresentações demonstra total e plena capacidade e competência. Não é à toa que é Presidente da Associação Nacional de Secretários Municipais. Ninguém melhor que ele para conduzir esse cenário que Curitiba passa, mas não só Curitiba, os grandes municípios do Brasil também passam, referente à reforma tributária que está sendo colocada. Até comentava aqui com a Vereadora Noemia Rocha, no começo da sua apresentação, a da Câmara que V.Exa. apresentou que é a do Baleia Rossi, tem a do Hauly, que está no Senado com o PEC 110, a do governo ainda não foi colocada, mas parece que aquele discurso menos Brasília e mais Brasil não está em prática, parece que todas essas reformas que estão acontecendo, estão cada vez mais concentrando os recursos em Brasília, o que é péssimo para os municípios. Mas, parabenizando toda a equipe e lembrar sempre da luta que foi a regulamentação dos aplicativos de transporte e do benefício que isso tem trazido para a cidade, através dos recursos captados através do preço público. Lembrar que a nossa sugestão que fizemos recentemente, de fazer com que as patinetes também fossem regulamentadas nesse sentido, cobrando um preço público e que, obviamente, se fosse possível, todos esses recursos fossem destinados para o fundo de recuperação das calçadas, que é uma das coisas que precisamos avançar muito, ter financiamento para que as calçadas municipais sejam cada vez mais recuperadas. E agora, no final do ano, quando for inicialmente modelo, ainda que protótipo dos carros compartilhados, que eventualmente daqui a dez anos será uma realidade no Município, essa regulamentação também preveja algum tipo de utilização do preço público, que é uma nova forma de cobrança, de utilização intensiva do uso do espaço urbano para que a Cidade possa, efetivamente, aplicar em obras de infraestrutura. Infelizmente, muitas vezes a gente perde os recursos de obras de infraestrutura para arcar com outras despesas correntes do Município, afinal cada vez mais demandas surgem aos municípios e menos financiamento surgem. Mas é importante ressaltar a pró-atividade do Município em regulamentar, em fazer com que a Cidade continue evoluindo e sendo cada vez mais destaque no Brasil por suas capacidades inovadoras. E essa sugestão, que foi falada anteriormente, do uso do cartão de crédito, deixar o cartão de crédito como uma possibilidade para pagamento de todos os tributos no início do ano, por exemplo. Porque com essas Fintechs que surgem, inclusive algumas Fintechs curitibanas de destaque nacional, como o Ebanx, não sei se a Ebanx faz esse tipo de transferência bancária, mas qualquer Fintech que possa trabalhar em conjunto e parceria com o Município vai ajudar o Município a arrecadar o dinheiro e muitas vezes vai ajudar o contribuinte a ter não só o retorno do uso da

Cidade, mas quem paga um tributo em cartão de crédito ainda pode ter o benefício dos pontos no cartão, o que vai, efetivamente, fazer com que mais pessoas optem por isso e todo mundo sai ganhando. Então, é uma ideia muito legal que com certeza Curitiba tem que fazer acontecer já, o quanto antes.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Secretário Puppi.- O SR. VITOR PUPPI:- Vou começar de trás para frente, porque as perguntas dos Vereadores Jairo e Mauro Ignácio, consigo responder mais simples. Com relação ao uso do cartão de crédito, sem dúvida é interessante, Vereador Bruno, que seja para todos os tributos, até porque na sistemática que o Município tem estudado, isso não vai implicar em custo para o Município, ou seja, não vamos perder uma fatia do tributo e não vamos ter o float bancário. Então, se isso for cumprido, e é a promessa que essas Fintechs, que querem participar do programa, sugerem e apostam, vamos sim para frente, inclusive, com relação à sua sugestão de pagamento de IPTU, taxas, o que for possível com o cartão de crédito, porque quanto mais meios de pagamento você oferece ao contribuinte, menor a inadimplência. Tem muita gente que não paga, porque tem que emitir uma guia. Se for o cartão de crédito, realmente, facilita a vida do contribuinte e é isso o que temos que perseguir. Com relação ao preço público, tenho um resultado muito interessante para a Cidade, os trinta e dois milhões de reais. Existem alguns questionamentos em outras cidades, sistemáticas diferentes, mas por exemplo Campinas, enfim, em que empresas, as ATTCs questionaram a constitucionalidade desses valores. Estamos estudando com relação aos patinetes, se seguiríamos na mesma direção, ou se esperaríamos para fazer um outro tipo de regulamentação, em razão dessas decisões judiciais que estão aparecendo em outros municípios também. Com relação à pergunta do Vereador Jairo, as emendas que não poderão ser cumpridas em razão às restrições do período eleitoral. Eu peço licença, até para não dizer algo que depois vou ter que desdizer, de encaminharmos para a Comissão quais são as restrições para emendas parlamentares no ano eleitoral. Encaminharemos nos próximos dias esse material. O Claudinei, que está nos escutando, já anotou ali. As perguntas do Vereador Mauro Ignácio com relação à Secretaria de Educação. Eu faço questão de verificar e encaminhar esse assunto junto à Secretária. Realmente, eu não conhecia. Para nós nas finanças, recebemos a ordem de complemento, vamos dizer assim, verificamos as condições orçamentárias, a disponibilidade de dinheiro e encaminhamos, independentemente da situação do Vereador, seja de situação, seja de oposição. Mas esse esclarecimento merece resposta, então peço que me encaminhe que iremos atrás nesse sentido. Com relação ao recurso, investimentos na cidade. Temos feito um programa muito grande, posso até citar um exemplo agora, nós desapropriamos uma área anexa ao Jardim Botânico, foi um investimento bastante significativo, para ampliação do Parque e posterior construção do Museu de História Natural. Em breve teremos o Jardim Botânico ampliado. Melhorias também nos parques de Curitiba, revitalizações, o asfalto que é notório, que todos percebem e outras obras, obras de drenagem que às vezes não aparecem muito, mas carregam um volume muito significativo de recursos.- O Sr. Mauro Ignácio:- Tem o valor aproximado, Secretário? O SR. VITOR PUPPI:- O valor total de investimentos até agora em torno de cento e setenta no quadrimestre, mas preciso verificar e posso mandar também por segmento, vamos dizer assim, o valor para o seu gabinete. Mas temos investido, investido muito, porque com a capacidade de planejamento no custeio aí, sim, você consegue planejar o seu investimento. Do contrário, qualquer gestão fica só apagando incêndio, vendo o que pode ser pago e o que não pode ser pago, é um dia depois do outro. Não é assim que temos feito.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Secretário. Vamos para o último bloco de inscritos. Temos, na sequência, o Vereador Marcos Vieira, o Vereador Serginho do Posto e eu farei uma pergunta para encerrar esse bloco. O Secretário já responde e faz as considerações finais, para que possamos manter o horário da Audiência Pública. Com a palavra Vereador Marcos Vieira.- O Sr. Marcos Vieira:- Obrigado, Presidente, cumprimentar o Secretário, parabenizar pela apresentação. A minha pergunta está relacionada a perda da cota-parte do ICMS. Vendo no gráfico que foi apresentado o índice de participação do Município vem numa queda desde 2013, saindo de oitocentos e trinta, hoje, já em seiscentos e trinta milhões. Referente a isso, existe alguma ação que o Município possa fazer? E se existe, o que está sendo feito. Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Vereador Serginho do Posto.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto:- Saúdo o Secretário Vitor Puppi, também os servidores da Secretaria de Finanças que estão aqui e que desempenham, nesses últimos três anos, um trabalho, buscando a recuperação e o equilíbrio fiscal da cidade. Então, fica aqui minha saudação a todos os servidores. Minha pergunta é em relação à Taxa de Contribuição, estou me tornando repetitivo, mas se a Secretaria de Finanças já possui um modelo que pudesse voltar a implementar a Taxa de

Contribuição de Melhorias, isto seria um ganho muito grande ao Município, dando a oportunidade do cidadão fazer o investimento. Ele passa a contribuir através dessa cobrança da Taxa de Contribuição, em especial, até foi colocado pelo meu colega, Vereador Bruno Pessuti, em relação a recuperação de calçadas do Município. Acredito que se criássemos um programa e pudéssemos vir a implementar, até como teste, a Taxa de Contribuição de Melhoria, acho que teríamos um ganho e celeridade neste sentido. Um comentário, não sei se o senhor teve a oportunidade de observar o julgamento do STF na sexta-feira, em que desobriga aos municípios, estados e União, a partir do momento em que não possui condições para fazer o repasse e a correção monetária nos salários dos servidores. Como o senhor está vendo isso? O que reflete a partir daqui? Deu para entender que a lei é clara. O Município tem que justificar por que não será dado aquela correção. E no passado pela lei, acho que São Paulo entrou com a iniciativa em um município, não ter essa possibilidade, ou uma reclamação dos sindicatos e representantes que eram obrigados a fazer isso. Então, talvez que pudesse fazer um comentário em relação a isso. É uma decisão muito recente, mas é uma repercussão geral que a partir daqui ela passa a valer como lei e como determinação jurídica em várias instâncias. Seria isto, cumprimento e agradeço a presença de todos.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Serginho do Posto. Farei as próximas perguntas ao Secretário e já faço também as considerações finais. Secretário, primeiro obrigado pela presença e pela participação. Tivemos aí onze e eu sou o décimo segundo Vereador a fazer perguntas ao senhor. Eu tenho uma pergunta, até porque é um projeto que está na Comissão de Finanças, é um projeto muito discutido e para os integrantes da Comissão essa resposta é muito importante. Vamos falar sobre outorga onerosa. A Vereadora Noemia Rocha comentou sobre o assunto, mas a questão de uma previsão de impacto dessa outorga onerosa, porque é um projeto que teremos na Comissão de Finanças nos próximos dias e o senhor poderia dar um esclarecimento sobre o porquê isso está vindo para a Casa, qual a intenção, qual a previsão, para que fique mais claro. Sobre o Nota Curitibana, o Vereador Serginho do Posto já fez uma emenda, via Comissão, que votamos na semana passada, então o que era para ser feito para os aplicativos, que foi um questionamento da Prefeitura, mas colocamos para o transporte coletivo, para o IPTU e também até, se assim desejado for pelo contribuinte, o valor financeiro a ser retomado. Esses dois assuntos que estão na Comissão de Finanças e são assuntos importantes para a Cidade, gostaria de saber a sua opinião, agradecendo já a todos os Vereadores e a todas as pessoas que participaram desta audiência. Para que o senhor possa fazer as respostas do último bloco de Vereadores, mais essa pergunta sobre a outorga, para as suas considerações finais, considerando que temos o horário para o término da audiência.- O SR. VITOR PUPPI:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Aproveito para destacar e agradecer a qualidade de todas as perguntas que foram encaminhadas. É muito esclarecedor e é bom ter a oportunidade de estar dialogando com a Câmara nesse sentido. A pergunta do Vereador Marcos Vieira é sobre a cota-parte do ICMS. É uma questão hoje muito mais nas mãos do Estado do Paraná, eu diria da Casa Legislativa do Estado do Paraná, para fixar os critérios de aferição do índice, do que depende de um ajuste da própria Prefeitura. Caminhamos conforme as ondas nesse tema. Não temos autonomia para chegar na esfera estadual. O que nos cabe, o que é possível, é tentar sensibilizar os deputados, temos feito. Encontramos alguma resistência, é verdade, em razão dos outros municípios terem também representatividade, mas acho que esse assunto precisa ser debatido na sociedade. Temos que levar esse assunto e quando dou entrevistas, faço questão de mencionar isso, porque é um valor muito grande e para o futuro, estruturalmente, do ponto de vista de sustentabilidade financeira da cidade, mostra que estamos perdendo, realmente, nessa área e podemos perder também com a reforma tributária na outra. O discurso do "menos Brasília e mais Brasil" não tem se confirmando na prática, precisamos ter essa consciência de que esse debate da cota-parte do ICMS, junto com a reforma, sejam aí confirmados perante a sociedade. Só se fala em simplificação, porque é um problema muito grande, realmente, mas não é só isso. Precisamos aí e, nesse sentido, a função da Câmara, por ser uma casa política, é extremamente importante para dialogar com a sociedade nesse sentido. As perguntas do Vereador Serginho do Posto sobre contribuição de melhoria, eu faço aqui um pouco de mea-culpa, concordo, é fundamental o Município utilizar esse mecanismo da contribuição de melhoria, porque é justo, é justiça fiscal, aquele contribuinte que se beneficia de uma obra feita com dinheiro público, nada mais justo, que uma parcela da valorização do imóvel seja tributada, seja revertida aos cofres públicos. O que acontece? Existem algumas atitudes que não pegam em determinados Municípios. Eu estava conversando com o Secretário de Fazenda de São Paulo e lá eles não cobram taxa de lixo, por

incrível que pareça. A Marta Suplicy, quando quis implantar, sofreu uma resistência muito grande e não sei se os senhores se lembram, mas ficou conhecida como "martaxa". A taxa de lixo virou a "martaxa" e depois disso ninguém mais teve coragem de cobrar a taxa de lixo. A contribuição de melhoria em Curitiba no passado foi muito judicializada. Já pensamos e existe um grupo que pensa nesse assunto e precisamos avançar. Faço aqui uma mea-culpa e me comprometo a retomar o assunto na Secretaria de Finanças, inclusive com relação a esses investimentos que têm sido feitos e que podem, sim, servir como base de cálculo para contribuição de melhoria. Data-base e a decisão do Supremo. O Supremo de fato disse o que já vinha dizendo há algum tempo: não é obrigatória a revisão anual prevista no Art. 37, Inciso X, da Constituição. E por que não é obrigatória? Ora. Você não pode impor ao Executivo, ou ao Legislativo também, criar uma condição em que não exista sustentabilidade. E nesse cenário de crise fiscal é cada vez mais visível a preocupação do Judiciário em, finalmente, atentar para aspectos financeiros dessas obrigações que foram sendo criadas. Porque a Constituição de 88 criou diversas obrigações. Mas não existe sustentáculo financeiro para que se cumpra, a todo momento, todas. Então, a questão da revisão da data-base, essa justificativa do Poder Público para a não implementação da data-base, parece-me que tem que se dar com respaldo no orçamento vigente e no próximo, em que se verificarão os impactos da data-base. Nós concedemos 3% no ano passado, não pudemos conceder em 2017; tivemos que estender, revogar aquela lei, em que era automático, estender o período. Sabemos da sensibilidade, da importância também, para o servidor, da data-base, a recomposição do valor, mas existe um limite financeiro. Acho que a justificativa, seja para dar, seja para não dar, porque, quando se dá, também tem que se justificar o quanto cabe. Não adianta mandar para qualquer Câmara ou para qualquer Assembleia: vamos dar 8%, 10%. Mas será que cabe? Então, é preciso que os órgãos, as Casas de Leis façam também a fiscalização sobre a possibilidade de concessão, como foi o plano de carreiras na gestão passada, em que, infelizmente, não havia recursos para sustentar aquilo que foi prometido. Como o Prefeito Rafael Greca diz, direitos sem sustentabilidade, não são direitos, são desenganos. E é verdade. As perguntas do Vereador Paulo Rink. Com relação, primeiro, ao crédito do Nota Curitibana para os aplicativos e também para o retorno para o próprio contribuinte. Veja, se o contribuinte pode utilizar para ele mesmo ter o crédito na sua conta bancária, nada melhor ou mais justo do que incentivá-lo também, e isso podemos aqui pensar na divulgação que existe até por meio dessas operadoras, que têm uma penetração imensa hoje na sociedade, de que elas divulguem para o usuário: "Peça nota fiscal". Se eu recebo um SMS de uma operadora, Uber ou 99: "Peça nota fiscal e ganhe desconto", isso atinge o contribuinte em cheio. Então, para nós, do ponto de vista fiscal, do ponto de vista do programa Nota Curitibana, no transporte coletivo é importante, no táxi é importante, mas os aplicativos têm uma penetração que hoje poucos serviços têm. E precisamos também utilizar de todas as ferramentas, porque isso aí nada mais é do que consciência fiscal. Não estamos concedendo absolutamente nada para o contribuinte, ou para a operadora de transporte, para a Uber, estamos simplesmente educando fiscalmente o contribuinte e incentivando-o a pedir nota fiscal. E, aí, parece-me que qualquer incentivo é válido, é benéfico. E por isso que perseguimos também a questão dos aplicativos de transporte. A pergunta da outorga onerosa. A ideia, o que motiva a Prefeitura, é acabar com certa concorrência que existe entre mecanismos de outorga na Cidade. Então, tínhamos um, dois, três, quatro tipos de mecanismos. O que se pensou foi unificar esses mecanismos. Eu não sou autoridade no assunto; o IPPUC, certamente o Presidente Jamur, ou também o Paranhos, é que podem explicar melhor. Mas existia um certo canibalismo entre essas outorgas em Curitiba. Então, o que se pretendeu foi acabar com essa concorrência e dar uma finalidade mais voltada ainda à habitação de interesse social, que é, vamos dizer assim, a contrapartida social de você cobrar do empresário, você cobrar do setor produtivo, e poder melhorar as condições de quem mais precisa. Finalmente, com relação à questão de impacto, parece-me que não existe uma despesa, existe um acréscimo de receita com relação às outorgas onerosas, e isso tem que ser quantificado ano a ano, com relação aos limites, que têm que ser delimitados pelo Poder Executivo a cada ano. Era isso. Com relação às considerações finais, quero agradecer ao Presidente Paulo Rink pela receptividade, agradecer V. Exas., sempre um prazer estar aqui na Câmara. Eu estou sempre à disposição para qualquer assunto. Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Secretário. Gostaria de agradecer, mais uma vez, a presença do Caio Zerbato, Everton Beckert, Claudinei Nogueira, Cristina Rios, Aline Bogo, que fez a primeira apresentação, Daniel Dallagnol, Adriana da Luz Pereira, Márcio Heimo ski, Breno Lemos, Irineu Teixeira, Carlos Kukolj, Adroaldo Castanho, Gabriel Mafra de Oliveira,

o Secretário Vitor Puppi, a Daniele Santos, que chegou depois, e o Vereador Felipe Braga Côrtes, que hoje é diretor do Departamento de Apoio à Pessoa com Deficiência. Então, em razão de ter sido esgotado o tempo previsto, tivemos duas horas de audiência e vinte minutos de prorrogação a pedido do Vereador Mauro Ignácio, damos por encerrada a presente audiência pública, agradecendo a presença dos Srs. Vereadores, demais autoridades e todos que aqui compareceram. Está encerrada a Audiência Pública. Muito obrigado.- Do que para constar eu, Edson Rebello, Redator, lavrei a presente Ata de acordo com as Notas Taquigráficos, a qual será lida e assinada pelos Vereadores que compõem a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.

Pablo Rink
Presidente

Sergio R. B. Balâguer (Serginho do Posto)
Vice-presidente

Dr. Wolmir
Membro

Ezequias Barros
Membro

Jairo Marcelino
Membro

Maria Leticia
~~Membro~~

Mauro Bobato
Membro

Professora Josete
Membro

Tito Zeglin
Membro